

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE BIOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental
Programa de Pós-Graduação em Ecologia

Contribuições à Formulação da Política Ambiental da UFBA

Documento produzido
pelos estudantes de
pós-graduação da UFBA
matriculados nas
disciplinas BIOB58 e
BIOD58

Agosto de 2018

“BIOB58 - Sustentabilidade” - “BIOD58 - Ciência e Políticas Ambientais”

Carga horária: 34 horas

Componentes curriculares, respectivamente, do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental (Mestrado Profissional) e Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Biomonitoramento (Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico).

Período: agosto de 2018

Professor Responsável:

Dr. Pedro Luís Bernardo da Rocha (Instituto de Biologia - UFBA)

Professores Colaboradores:

Dra. Camila Cassano (Departamento de Ciências Biológicas - UESC)

Dr. Asher Kiperstok (Escola Politécnica - UFBA)

Colaboradores:

Dr. José Antônio Lobo dos Santos (Coord. de Meio Ambiente – SUMAI UFBA)

Carina Carvalho de Araújo Oliveira (Coord. de Meio Ambiente – SUMAI UFBA)

Estudantes:

Antonio Carlos Cunha Júnior (Mestrado Acadêmico em Ecologia e Biomonitoramento, UFBA)

Caio Graco Zeppelini (Doutorando em Ecologia, UFBA)

Carlos Lopez Ortiz (Doutorando em Ecologia, UFBA)

Danilo Sabino da Silva Lima (Doutorando em Ecologia, UFBA)

Francisco Mario Fagundes Barbosa (Mestrado Profissional em Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental)

Gabriela Santiago Mercês Pereira (Mestrado Acadêmico em Ecologia e Biomonitoramento, UFBA)

Ítalo Rosário de Freitas (Mestrado Profissional em Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental)

Josué Dafles Coqueiro de Deus (Mestrado Acadêmico em Ecologia e Biomonitoramento, UFBA)

Juliana Lucatelli Doria Santana (Doutoranda em Ecologia, UFBA)

Juliana Macedo de Souza (Mestranda em Ecologia e Biomonitoramento, UFBA)

Luana Oliveira dos Santos (Mestrado Acadêmico em Ecologia e Biomonitoramento, UFBA)

Lucas Sá Teles dos Anjos (Mestrado Profissional em Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental, UFBA)

Lucas Ventin M. Sampaio (Mestrado Profissional em Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental, UFBA)

Luena Fernandes (Doutorado em Ecologia, UFBA)

Magno Lima Travassos de Oliveira (Doutorado em Ecologia, UFBA)

Myrla Josefa Santana Rocha (Mestrado Acadêmico em Ecologia e Biomonitoramento, UFBA)

Priscilla Ferreira Ferraz (Mestrado Acadêmico em Ecologia e Biomonitoramento, UFBA)

Samanta Levita Coutinho (doutoranda, PPG Ecologia e Biomonitoramento)

Tércio da Silva Melo (Doutorado em Ecologia, UFBA)

Udemário Maia Ribeiro (Mestrado Profissional em Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental)

Victoria Conceição Gomes Leão de Albuquerque (Mestrado Profissional em Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental, UFBA)

Introdução a este documento

Contexto: A Coordenação de Meio Ambiente (CMA) da Universidade Federal da Bahia está à frente da formulação de uma proposta de Política Ambiental que deverá ser apresentada no final de 2018 à Reitoria e aos conselhos superiores para apreciação. Recentemente (mar/2018), oferecemos um componente curricular de graduação a vários cursos da UFBA (BIOC07 Atividade Interdisciplinar: Ecologia e Gestão Ambiental), durante o qual os estudantes geraram um documento com contribuições à CMA para a formulação dessa Política (documento disponível em <https://www.labecoba-ufba.com/noticias>).

O foco original da Política, na concepção da CMA, recairia sobre a qualificação da operação dos *campi* da UFBA, tratando da gestão do consumo de recursos (e.g., água e energia) e de produção e descarte de resíduos, da gestão de áreas verdes e da biodiversidade nos *campi*, da gestão da mobilidade nos e entre *campi* etc. De fato, as operações de gestão dos *campi* estão mais diretamente relacionadas às atribuições da superintendência à qual a CMA está vinculada (Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura - SUMAI).

Contudo, a partir do estudo dos processos de política pública e da literatura sobre universidades sustentáveis, os estudantes da Atividade Interdisciplinar propuseram uma ampliação do foco da Política Ambiental da UFBA. Partindo da premissa que o primeiro dos objetivos institucionais da UFBA, segundo seu estatuto, é “educar para a responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça”, os estudantes conceberam que uma política ambiental adequada deveria incorporar não apenas gestão dos *campi*, mas também as atividades-fim da universidade (formação, produção de conhecimento, interação com a sociedade). Além disso, compreendendo que um processo político frutífero depende de participação da comunidade, mas que os temas ambiental e da sustentabilidade ainda não estão fortemente presentes em nossa cultura, os estudantes conceberam uma política preocupada com a adesão da comunidade. Finalmente, apresentaram propostas relacionadas ao financiamento da política e de alterações do organograma institucional para facilitar sua implementação.

Em agosto de 2018 apresentamos a estudantes de pós-graduação (cursos acadêmicos e profissional) o desafio de avançar nessa contribuição. Em comum acordo com a CMA, propusemos que as novas contribuições sejam apresentadas na forma de propostas de trechos do texto da Política Ambiental, cada um associado a um argumento (baseado em literatura qualificada) que defenda sua importância para a Política.

A equipe da CMA-SUMAI, estimulada pelo documento produzido pelos graduandos, indicou ainda alguns temas que lhe parecem prioritários para a proposta das equipes:

- A CMA pautou apresentar à Reitoria uma proposta de “Política Ambiental”. Contudo, o primeiro objetivo institucional da UFBA segundo seu estatuto é “educar para a responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça”. Desse modo, a preocupação com a dimensão ambiental vem no bojo de preocupações socioambientais e associadas ao conceito de sustentabilidade. Sabendo que há uma série de movimentos internacionais visando a formação de redes de universidades sustentáveis, seria mais adequado produzir uma proposta de “Política de Sustentabilidade”? Ou, alternativamente, a proposta de “Política Ambiental” deveria apenas esclarecer como se articula com os objetivos de contribuição com o desenvolvimento sustentável?

- Tanto internacionalmente como nacionalmente há iniciativas que procuram estimular que universidades (ou órgãos públicos ou outras organizações) incorporem valores e práticas que contribuam com a sustentabilidade, como é o caso dos acordos internacionais de universidades sustentáveis, da ISO 14001, da Agenda Ambiental da Administração Pública (AP3) e do Plano de Logística Sustentável (Ministério do Planejamento). A UFBA, contudo, ainda não se filiou a nenhuma dessas iniciativas. A Política Ambiental (ou de Sustentabilidade) da UFBA deveria prever essa afiliação? A qual dessas iniciativas?

- Embora a CMA não seja a única das instâncias da UFBA com atribuições relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade, ela é aparentemente a única que efetivamente vem desenvolvendo atividades nesse sentido. Contudo, ela está vinculada a uma Superintendência de caráter executivo e com ações principalmente voltadas à operação dos *campi* da universidade. Desse modo, além de estar sempre imersa em demandas de execução – o que lhe subtrai capacidade de investir mais em atividades propositivas e de interlocução –, possui pouca ingerência sobre os setores acadêmicos da Universidade, que são o *locus* natural da produção de conhecimento sobre e da formação de pessoal para a sustentabilidade. Esse aspecto foi discutido no documento produzido pelos estudantes da Atividade Interdisciplinar Ecologia e Gestão Ambiental como um fator limitante para o pleno desenvolvimento de uma Política Ambiental (/de Sustentabilidade) da UFBA, mas acabou por não gerar propostas concretas para o texto da Política. A Política Ambiental deveria prever a alteração do organograma da Universidade? Ou estabelecer novas atribuições (e condições que garantam sua efetivação) para componentes do organograma atual?

Atividades das disciplinas: Na presente disciplina, partimos da situação específica de formulação de uma Política Ambiental (/de Sustentabilidade) da UFBA para

compreender melhor: os processos de política pública (e institucional); o papel da ciência nesses processos; e a relação entre meio ambiente e sustentabilidade.

A disciplina se iniciou com a apresentação do contexto descrito acima aos estudantes seguida de uma palestra da equipe da CMA sobre o histórico e estado atual da formulação da Política Ambiental da UFBA. Nessa etapa os estudantes puderam, a partir de uma conversa com a equipe da CMA, iniciar a formular o foco de sua contribuição com a formulação da política.

Em seguida foram ministradas três palestras pelos professores envolvidos com a disciplina: “Processos de política pública e ciência” (Prof. Pedro Rocha, UFBA), “Meio ambiente x sustentabilidade” (Profa. Camila Cassano, UESC) e “Meio ambiente e sustentabilidade em universidades” (Prof. Asher Kiperstok, UFBA). As palestras tiveram por objetivo sistematizar conhecimentos sobre temas pertinentes à contribuição dos estudantes à política.

Foi realizada, em seguida, uma discussão sobre o foco das contribuições que poderiam ser mais úteis ao processo de formulação da política à luz das discussões anteriores. Foram elencados seis temas:

- Contribuições quanto ao foco da política (meio ambiente ou sustentabilidade), seus princípios e objetivos gerais (**Equipe 1**);
- Contribuições quanto ao financiamento da política (**Equipe 2**);
- Contribuições quanto à coordenação da política (**Equipe 3**);
- Contribuições quanto à adesão à política e seu controle (**Equipe 4**);
- Contribuições quanto à formação para a sustentabilidade (**Equipe 5**);
- Contribuições quanto à operação dos campi (**Equipe 6**).

Os estudantes se organizaram em equipes para buscar e discutir informações relacionadas a cada tema e apresentaram uma proposta inicial de abordagem que foi discutida com os docentes e demais estudantes. A partir daí foi definida a estrutura do texto da política e cada grupo produziu partes desse texto. Como acordado com a CMA, as contribuições apresentadas são: proposta de trechos da política e notas de rodapé que explicam e apresentam as bases para as decisões tomadas para produzir os trechos da política. Ao final da contribuição são apresentadas as referências do material bibliográfico consultado pelos estudantes.

Usamos uma ferramenta de edição simultânea de documento (google drive) para a produção do texto. Após a compilação de uma versão completa cada participante da disciplina leu o texto completo e apresentou sugestões de alteração. Após discussão, as sugestões consensuadas foram incorporadas ao texto.

É importante notar que, dada a pequena carga horária da disciplina (34 horas) não foi possível realizar uma compatibilização completa dos trechos produzidos pelas diferentes equipes nem uma padronização de forma e texto. Ainda assim, foi

realizado um esforço para compatibilizar, entre todas as equipes, dos itens “Princípios da Política” e “Objetivos Gerais da Política”. Os estudantes produziram um esquema (Figura 1) que mostra como as contribuições de cada equipe se relacionam com cada princípio e objetivo geral da Política. Acreditamos que essa figura auxiliará no trabalho futuro de compatibilização.

Sugerimos que o formato dessa disciplina representa uma alternativa eficaz para a geração de processos transdisciplinares na Universidade, com grande potencial para produção de conhecimento simultâneo à produção de orientações robustas para a resolução de problemas sociais. Assim, disciplinas desse tipo contribuem com a aprendizagem acadêmica e social e estimulam o engajamento.

Esperamos que o produto aqui apresentado possa ser efetivamente útil para o processo de formulação da Política Ambiental da UFBA.

Salvador, 04 de agosto de 2018

Prof. Pedro Rocha.

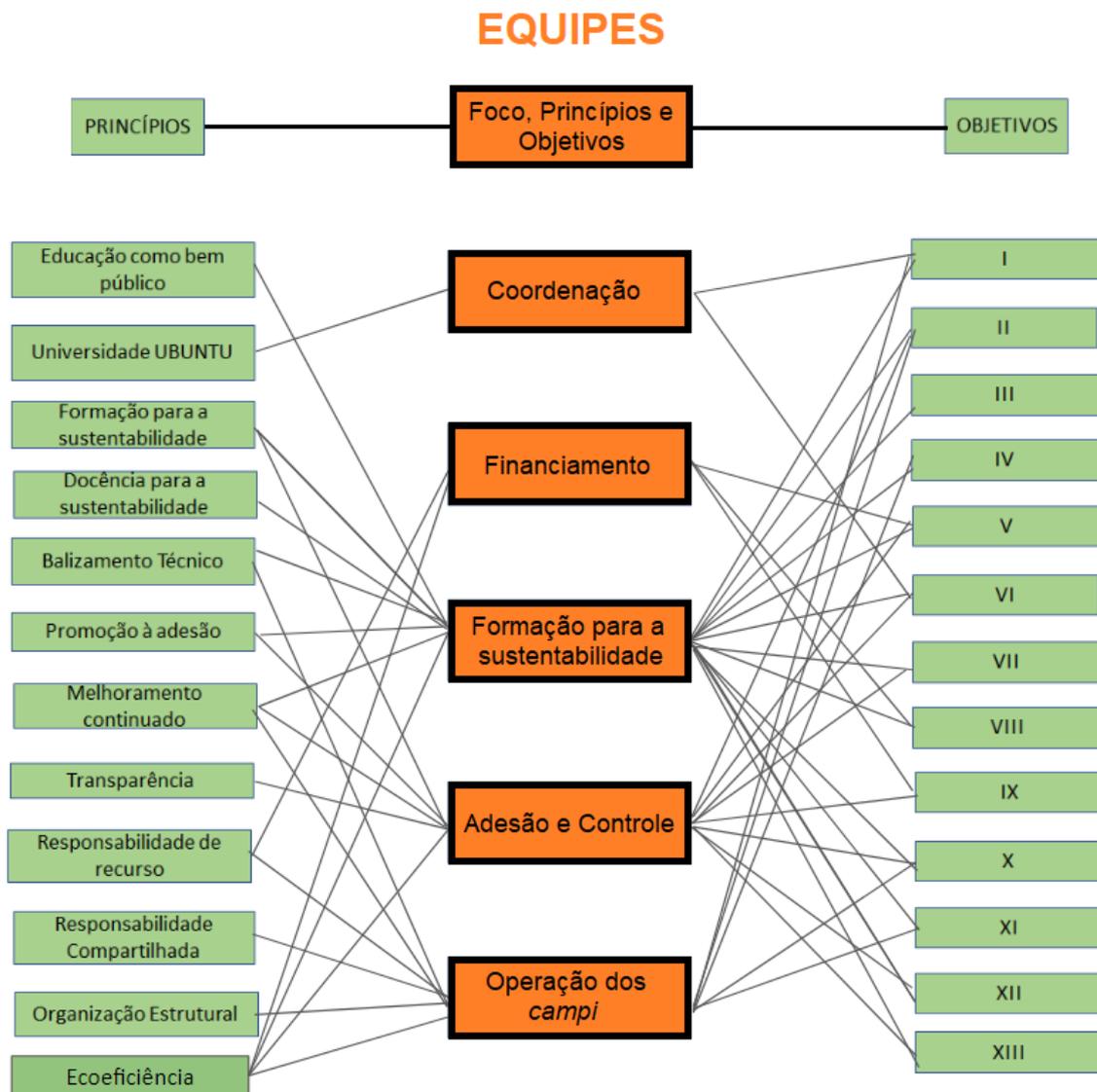


Figura 1. Princípios e Objetivos gerais da Política de Sustentabilidade da UFBA conforme aqui proposta e sua relação com as equipes de estudantes que produziram as seções do texto.

Apresentação

O conceito mais difundido de desenvolvimento sustentável - “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade as futuras gerações em atenderem às suas próprias necessidades” – foi proposto em 1987 no relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que apontou a necessidade de conciliar crescimento econômico com a solução dos problemas sociais e ambientais causados pelos padrões de produção e consumo insustentáveis¹.

A Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 225, define que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A preocupação da UFBA com o desenvolvimento sustentável é expressa no primeiro dos objetivos institucionais registrados em seu Estatuto²: “Educar para a responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça.”

As universidades têm um papel primordial nas questões do desenvolvimento sustentável. Recai sobre elas uma importante responsabilidade social para o desenvolvimento da sociedade, na educação dos futuros líderes e na conscientização pública sobre a sustentabilidade³. Portanto, as universidades devem ser o exemplo de desenvolvimento sustentável. Assim, a Universidade deve minimizar os efeitos negativos ambientais, sociais e econômicos de suas atividades⁴.

Em seu texto “Revisão do Marco Normativo da UFBA no Contexto da Autonomia”, o então Mag.^o Reitor de nossa Universidade, Prof. Naomar de Almeida Filho, cita que o Estado ainda não adequadamente apreciou “a questão de qual é a universidade que a sociedade brasileira precisa e merece”⁵. No mesmo texto, o Prof. Almeida Filho redefine a Autonomia da universidade baseado em seu argumento sobre

¹ United Nations Economic and Social Council (2001). Implementing Agenda 21. United Nations, p. 4.

² Universidade Federal da Bahia (2010) Estatuto e regimento Interno.

³ Amaral L.P, Martins N., e Gouveia J.B. (2015) Quest for a sustainable university: a review. International Journal of Sustainability in Higher Education, Vol. 16, Issue: 2, pp.155-172.

⁴ Luis Velazquez, Nora Munguia, Alberto Platt, Jorge Taddei (2006) Sustainable university: what can be the matter? Journal of Cleaner Production, 14, pp. 810-819.

⁵ Almeida Filho, N. (2010). Revisão do Marco Normativo da UFBA no Contexto da Autonomia. IN: Estatuto & Regimento Geral da Universidade Federal da Bahia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, p.5.

autonomia dos meios (livre gestão interna, sem interferência do Estado) e a autonomia dos fins (missão da universidade perante a sociedade em que ela se inclui e que lhe financia) e aponta a necessidade de estar constantemente, de forma participativa e inclusiva, negociando autonomia dos fins “para que a sociedade passe a nos cobrar não por normas e regras bem cumpridas, mas por objetivos socialmente relevantes efetivamente alcançados” (pg. 6).

De maneira análoga, no Prólogo do livro “Universidade, Território e Transformação Social” o Prof. Néstor Horacio Cecchi afirma, com base nas deliberações e discussões que ocorrem sobre a Educação Superior e a Universidade na América Latina, que é necessário “transformar definitivamente o rumo de nossas instituições e colocá-las, decidida e definitivamente, ao serviço de um projeto de país”, assim como reflete na atual tendência das universidades estarem se tornando acessíveis e empoderando a população geral a exigí-las legitimamente como patrimônio societal⁶. No mesmo livro, na Apresentação à Edição Brasileira, a Profa. Dr.^a Bernadete M. Dalmolin postula que a Universidade se faz pela capacidade de Aprendizado, Resposta e Inovação “pelo viés da inclusão e da cidadania, de confrontar com lugares pouco confortáveis de um mundo em transformação” (p. 8).

Não é necessária uma exaustiva busca por referências para fazer notar a tendência do entendimento da Universidade como detentora de poder, meios e responsabilidade de ser uma ferramenta de mudança social. Isto se dá não só pela possibilidade de ascensão socioeconômica que o ensino superior pode proporcionar, mas pelo “Imperativo Moral” da universidade em dar sua contribuição para a formação de uma sociedade mais justa e socialmente coesa (Cecchi, 2016. p. 11). Do ponto de vista de que as universidades são custeadas por recursos públicos, este é (ou ao menos deveria ser) o dever de uma universidade pública para com a sociedade que a sustenta. E, em um argumento documental final, pode-se citar o primeiro parágrafo da Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (2008): “A Educação Superior é um bem público social, um direito humano e universal é um dever do Estado. Esta é a convicção e a base para o papel estratégico que deve assumir nos processos de desenvolvimento sustentável dos países da região”⁷. Em um mundo onde o conhecimento, a ciência e a tecnologia desempenham um papel de primeira grandeza, o desenvolvimento e o fortalecimento da Educação Superior constituem um elemento imprescindível para o avanço social, a geração de riqueza, o fortalecimento das identidades culturais, a

⁶ Cecchi, N. H. (2016) Prólogo. IN: Huidobro, R. A.; Elsegood, L.; Garaño, I.; Harguinteguy, F. Universidade, território e transformação social – reflexões em torno dos processos de aprendizagem em movimento. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, p.10.

⁷ Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (2008). Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe. Colômbia: CRES.

coesão social, a luta contra a pobreza e a fome, a prevenção da mudança climática e a crise energética, assim como para a promoção de uma cultura de paz⁷.

O esgotamento do modelo predominante de desenvolvimento se evidencia na contraposição entre as necessidades humanas, os modos de consumo e a conservação da habitabilidade do Planeta. Trata-se de propiciar enfoques que conjuguem a atenção aos problemas sociais, econômicos e ambientais, reduzindo a fome, a pobreza e a iniquidade, com a manutenção da biodiversidade e dos sistemas de suporte da vida na Terra. A Educação é crucial para transformar valores que hoje estimulam um consumo não sustentável. As instituições de conhecimento têm um papel fundamental na orientação das novas tecnologias e da inovação em direção a sistemas que não condicionem as melhoras no bem-estar ao consumo crescente de energia e materiais.

No entanto, apesar do aumento no número de iniciativas de desenvolvimento sustentável e do número de universidades envolvidas, a maioria das instituições de ensino superior ainda está atrás do setor empresarial no que tange a ajudar as sociedades a se tornarem mais sustentáveis⁸. Ademais, de acordo com as Nações Unidas “o progresso em direção às metas estabelecidas na Rio92 tem sido mais lento do que o esperado e em alguns casos estamos piores do que antes, sendo que as universidades não estão imunes a este dilema”⁹

Nesse contexto, em 1990, presidentes, reitores e pró-reitores de universidades de todas as regiões do mundo, interessados nas questões ambientais, assinaram a Declaração de Talloires (1990), segundo a qual “as universidades têm um papel crucial na educação, pesquisa, formação política e na troca de informações necessárias para que seja possível um desenvolvimento sustentável. Os líderes universitários devem iniciar e apoiar a mobilização de recursos internos e externos de modo que as suas instituições respondam a este desafio urgente”. Para atingirem os objetivos de um desenvolvimento sustentável, sendo atores ativos e exemplos de sustentabilidade, as universidades signatárias dessa declaração se comprometeram com um plano de ação contendo 10 pontos entre eles ‘aumentar a consciência para o desenvolvimento ambientalmente sustentável’ e ‘educar para a cidadania ambientalmente responsável’ mas também ‘criar uma cultura institucional

⁸ Lozano R, Lukman R, Lozano F.J., Huisingh D., Lambrechts W. (2013). Declarations for sustainability in higher education: becoming better leaders, through addressing the university system. *Journal of Cleaner Production* 48: 10-19.

⁹ Jenks-Jay N (2000) Institutional commitment to the environment and sustainability: a peak of excellence at Middlebury College, in sustainability and university life. In: Filho W. Leal, editor. Peter Lang: Frankfurt am Main, Berlin, Bruxelles. New York: Oxford, Wien; p. 165.

da sustentabilidade'. Fica claro que a sustentabilidade ambiental é indissociável da social e econômica.

Essa declaração estimulou outras declarações como, a de Halifax (1991) que estabelece ações a serem tomadas pelas universidades, entre as quais se destacam: utilizar os recursos intelectuais da universidade para incentivar uma compreensão melhor por parte da sociedade, dos perigos físicos, biológicos e sociais que o planeta Terra enfrenta, realçando a capacidade da universidade de ensinar e praticar princípios sustentáveis, para aumentar o interesse ambiental e a compreensão da ética ambiental entre a faculdade, os estudantes e o público em geral.

De acordo com Velazquez et al (2006)⁴ as universidades devem estabelecer seu próprio conceito e definição sobre o que é uma universidade sustentável – uma visão de sustentabilidade específica para sua universidade. Como base nisso, os autores sugerem que uma Universidade sustentável é “uma instituição de educação superior que, em parte ou como um todo, aborda, envolve e promove, em uma escala regional ou global, a minimização dos efeitos ambientais, econômicos e sociais negativos gerados por suas atividades, de forma a desempenhar sua função de ensino, pesquisa, extensão, parceria e manejo de maneira a ajudar a sociedade a fazer uma transição para um estilo de vida sustentável”.

As Universidades Federais no Brasil estão entre as principais detentoras dos meios e ativos para a produção técnico-científico-cultural e, portanto, para a aplicação dos mesmos para a Autonomia dos Fins. Porém, as mesmas não podem empreender suas ações de responsabilidade para com a sociedade *sensu lato* sem antes as próprias fazerem o mesmo internamente, não só pelo caráter de exemplo, mas também pelo grande número de pessoas e conseqüente impacto decorrente das atividades desenvolvidas dentro de cada campus universitário. As universidades não são meramente uma versão acadêmico-científica do Círculo Mágico proposto por Huizinga (1955)¹⁰, senão mesocosmos dos processos e relações que ocorrem em nossa sociedade e, portanto, ambientes ideais para o pensamento, desenvolvimento, consolidação e aprimoramento das políticas e processos que farão parte da Autonomia dos Fins.

Por fim, a Universidade, como membro da esfera das Instituições Públicas federais, também incorre em ter responsabilidade sobre as disposições do Artigo 225 da Constituição brasileira: é detentora de tamanhos ativos técnico-científicos, produtora de conhecimento atual e relevante e instituição cuja Autonomia dos Fins torna-a corresponsável no cumprimento no que se dispõe no artigo, especialmente no que

¹⁰ Huizinga, J. (1955). *Homo Ludens: A study of the play element in culture*. Boston: Breacon Press.

consta no parágrafo primeiro, principalmente nos incisos II, VI (e, conseqüentemente da lei nº 9795 de 1999) e VII. Além disso, a universidade ainda tem a capacidade técnica e o Imperativo Moral de tomar parte do que dispõe dos demais incisos e parágrafos do artigo.

Portanto, pelos méritos já imbuídos na missão da Universidade para com a sociedade, a ciência, a inovação e a resposta a um mundo em transformação, assim como pelo seu papel como pedra angular no desenvolvimento sustentável, vê-se a necessidade da criação e implantação de uma Política de Sustentabilidade para a Universidade Federal da Bahia. Embora a presente propositura de início pareça um grande desafio, desde o início do Programa UFBA Universidade Nova, com a criação dos Bacharelados Interdisciplinares, a instituição já criou uma possibilidade de processos de interdisciplinaridade e integratividade dos currículos, formações e ativos acadêmicos, um dos principais processos necessários para a viabilização de uma Universidade Sustentável¹¹. Outro grande passo já dado pela UFBA em direção a uma Política de Sustentabilidade vem na forma da Portaria PLS 170-2016, que prevê a Política de Logística Sustentável para a universidade.

É importante, entretanto, não se ater ao que se sabe correntemente, e se contentar com as normativas atuais. Existe crescente evidência científica de que as atividades humanas estão afetando o funcionamento da ecosfera de tal maneira que uma nova era geológica - o Antropoceno - está sendo proposta. Em face às crescentes pressões humanas, faz-se urgente uma mudança de paradigma que integre o continuado desenvolvimento das sociedades humanas com a manutenção ecosfera em um estado resiliente e confortável. Estamos diante de efeitos planetários das interferências humanas e o único estado do planeta que sabemos de facto ser capaz de dar suporte às sociedades humanas contemporâneas está sendo desestabilizado¹².

O compromisso da universidade com a inovação e sua própria capacidade de produção de conhecimento deverá ser imperativamente o balizador das metas e objetivos, criar ferramentas e indicadores para sua avaliação – tanto auto avaliativa, quanto perante à sociedade e avaliadores independentes – e, por fim, gerar real impacto na mudança de paradigmas sociais em busca de coerência com o discurso da sustentabilidade; pois como disse Albert Einstein: “Não podemos resolver problemas usando o mesmo modo de pensar de quando criamos os problemas”.

¹¹ Ferrer-Balas, D.; Lozano, R.; Huisingh, D.; Buckland, H.; Ysern, P.; Zilahy, G. Going beyond the rhetoric: system-wide changes in universities for sustainable societies. *Journal of Cleaner Production*. 18: 607-610.

¹² Steffen, W. et al (2015). Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science* 347 (6223).

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Glossário

A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública.

Ação Corretiva: Toda ação empreendida buscando corrigir ou mitigar os efeitos adversos de um fenômeno ou ação.

Ação Preventiva: Toda ação empreendida buscando evitar ou minimizar a ocorrência de determinado fenômeno indesejado.

Antropoceno: Considerada a atual Era Geológica do planeta Terra, definida pela dominância dos efeitos das atividades humanas no clima e meio ambiente.

Avaliação Continuada: Trata do processo de avaliação constante e repetida ao longo do tempo, para realizar um acesso crítico em tempo real da situação do objeto da avaliação.

Biodiversidade: Trata-se *lato sensu* da diversidade de espécies, grupos funcionais, processos e variação genética de uma determinada área ou ambiente.

Conservar: Trata-se do conjunto de práticas e processos envolvidos em manejar, mitigar e usar de forma consciente o objeto ou ambiente já alterado, quando não cabe mais o processo de Preservação.

Corresponsabilidade: Previsão de que todos os atores envolvidos no processo dividem com equidade a responsabilidade.

Cultura da Sustentabilidade: membros de uma organização compartilham premissas, crenças, valores e práticas sobre a importância da eficiência econômica, igualdade social e responsabilidade social e ambiental.

Ecosfera: o conjunto de processos biológicos, físicos e químicos do planeta Terra.

Função Ecológica: Trata-se do conjunto de processos bióticos (referentes a organismos vivos e suas interações) e abióticos (condições físico-químicas e estruturais) que compõem o funcionamento de um ambiente.

Intersetorial: ver Transetorial

Melhoramento Continuado: decorre da Avaliação Continuada, trata-se do processo de ajustar, aprimorar e corrigir processos e práticas de forma a melhor adequá-los ao objetivo almejado.

Preservar: Trata-se do conjunto de práticas e processos envolvidos em evitar a alteração ou degradação de seu objeto.

Processo Participativo: Trata do processo de deliberação e tomada de decisões onde todas as partes envolvidas têm poder na deliberação.

Recuperar: Trata-se do conjunto de práticas e processos aplicados a um objeto ou ambiente alterado, de maneira a buscar devolver características e propriedades consideradas próximas ou equivalentes ao seu estado original.

Sustentabilidade: conjunto de ideias, estratégias e demais atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas.

Transdisciplinar: Trata de tudo que engloba uma diversidade de disciplinas afins, complementares e advindas de diversos eixos temáticos do conhecimento formal e informal.

Transetorial: Trata de tudo que engloba a integração entre diversos setores e instâncias administrativas (quando referente a integração dentro de uma instituição), ou da sociedade (quando referente a um processo mais amplo, que permeia além dos limites de uma instituição).

Transinstancial: Trata de tudo que engloba diferentes instâncias de organização acadêmicas, burocráticas, governamentais e civis.

Transinstitucional: Trata das relações entre instituições que são independentes entre si.

Transparência: Trata-se do princípio de não haver barreiras, mediadores, ou edições que dificultem ou impeçam acesso total à informação.

Unidade: Local de ensino, administração ou instalações comuns.

Capítulo I - Dos Princípios da Política

Art 1o. Ficam estabelecidos os seguintes princípios gerais da política de sustentabilidade da UFBA:

- I) **EDUCAÇÃO COMO BEM PÚBLICO SOCIAL** - A Educação Superior é um bem público social e um direito humano universal, sendo papel do Estado garanti-la;
- II) **UNIVERSIDADE UBUNTU** – A Universidade deve ser um espaço aberto, participativo e integrado de forma transdisciplinar e intersetorial, de forma a empoderar e fomentar a participação ativa de discentes, docentes, técnico-administrativos, sociedade civil e acadêmica *lato sensu* na construção da Sustentabilidade plena;
- III) **FORMAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE** – A Universidade é responsável pela promoção da experiência de vivência em uma Universidade Sustentável, assim como pela formação transdisciplinar, como forma de promoção das mudanças socioculturais necessárias para o alcance de uma sociedade sustentável;
- IV) **DOCÊNCIA PARA SUSTENTABILIDADE** – Criar uma cultura docente preparada para participar ativamente e assumir seus papéis responsáveis nesta Política;
- V) **BALIZAMENTO TÉCNICO** – A implementação e avaliação continuada desta política deve ser feita por meio de indicadores

objetivos, que nortearão também ações preventivas e corretivas visando as adequações necessárias;

- VI) MELHORAMENTO CONTINUADO – É compromisso e responsabilidade da Universidade a avaliação e o melhoramento continuado da Política, norteados pelo estado da arte da literatura técnico-científica relevante e pelas demandas e participação sociais para os processos, práticas, indicadores e avaliações da Política;
- VII) PROMOÇÃO À ADESÃO – A Universidade deve buscar dentro de seus processos e práticas fomentar a adesão e participação de todos os atores envolvidos na Política;
- VIII) TRANSPARÊNCIA – A Universidade deve ser transparente e acessível quanto ao estado atual e planejamento futuro das atividades da Política e quanto a seus indicadores e dados relevantes à mesma, de maneira a viabilizar e fomentar a avaliação crítica pela sua comunidade, órgãos fiscais, acadêmicos e pela sociedade civil;
- IX) RESPONSABILIDADE FINANCEIRA – É responsabilidade e prerrogativa da UFBA destinar recursos para financiar sua política de sustentabilidade;
- X) RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA – Todos os atores envolvidos nesta Política são corresponsáveis pelo efetivo funcionamento, fiscalização, reivindicação e promoção da mesma;
- XI) ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL - As práticas e processos, incluindo os processos de avaliação e melhoramento continuado, relativos a esta Política devem ter explícita e justificadamente o estabelecimento de metas em curto, médio e longo prazo; assim como delimitar clara e inequivocamente o período, área física e nível(is) organizacional(is) envolvidos em sua implantação e funcionamento;
- XII) ECOEFICIÊNCIA - A Universidade deve pautar sua utilização de recursos de modo a compatibilizar satisfação de suas demandas com os bens e serviços ofertados e a redução no impacto ambiental resultante deste uso.

Capítulo II - Dos Objetivos Gerais da Política

Art 2o. Os objetivos gerais desta política serão atingidos através de um conjunto de princípios, objetivos específicos, estratégias, instrumentos e indicadores de sustentabilidade da Universidade, promovendo uma gestão integrada, com a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo, protegendo o meio ambiente e promovendo a educação para a sustentabilidade.

Art 3o. Todas as Políticas da UFBA, atuais e futuras, deverão ser, em alguma medida, orientadas pela presente Política de Sustentabilidade.

Art 4o. Ficam estabelecidos os seguintes objetivos gerais da política de sustentabilidade da UFBA:

- I) Construir participativamente, utilizando plenamente os recursos intelectuais, técnicos e burocráticos da universidade com participação conjunta da sociedade civil, organizações governamentais e não-governamentais e demais partes interessadas, os processos, práticas, instrumentos e indicadores visando a construção da sustentabilidade plena;
- II) Fomentar e participar ativamente da criação, implementação e manutenção (no curto, médio e longo prazos) de processos, práticas, métodos e indicadores que levem práticas reais de sustentabilidade além dos limites dos *campi* e instalações sob tutela da UFBA;
- III) Promover e fomentar a participação da sociedade civil, entidades governamentais e não-governamentais, acadêmicos e grupos de pesquisa na avaliação crítica e melhoramento continuado das estratégias e práticas de sustentabilidade da universidade;
- IV) Integrar efetivamente aspectos socioculturais, científicos, socioeconômicos e educacionais nos processos e práticas, de modo a factualmente impactar a comunidade acadêmica e sociedade civil, promovendo as mudanças necessárias para atingir a sustentabilidade plena;
- V) Fomentar financeira e politicamente iniciativas advindas dos corpos discente, docente e técnico-administrativo que promovam o aprimoramento e aumentem o impacto positivo da política de sustentabilidade, de forma a promover a sinergia e cooperação transdisciplinar e transinstancial necessárias para a adesão e melhoramento contínuo da Política de Sustentabilidade da UFBA;
- VI) Promover integração transdisciplinar e intersetorial entre os atores da Política, de modo a empoderar, dar voz e permitir um processo democrático e participativo na operacionalização da Política;
- VII) Primar pela comunicação, documentação, transparência e acessibilidade das informações, produções técnico-científicas e estado funcional da política, visando promover a geração de impacto e relevância da UFBA no contexto da Sustentabilidade;

- VIII) Criar uma cultura de governança forte sobre o uso de recursos financeiros, ambientais e de pessoal, visando a viabilização e perenidade da política de sustentabilidade, a real transparência e co-responsabilidade dos atores pela mesma;
- IX) Retroalimentar a base de recursos destinados à esta política através da destinação dos valores e materiais que deixarem de ser despendidos por fruto de processos e práticas desta política;
- X) Implementar estratégias para efetiva sensibilização da comunidade universitária em prol da adesão, disseminação, popularização e fiscalização participativa das práticas sustentáveis na universidade;
- XI) Gerir com forte governança os remanescentes florestais e áreas verdes integrados aos *campi* da UFBA, com intuito de preservar, conservar e recuperar a função ecológica, biodiversidade *lato sensu* e qualidade de vida no ambiente da UFBA;
- XII) Buscar integração com outras Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa com práticas efetivas de sustentabilidade plena, visando a troca de experiência, conhecimento, instrumentos, ativos e promoção de impacto sociocultural e científico a partir desta política;
- XIII) Buscar adequação e chancela de sistemas de certificação, sociedades de instituições sustentáveis e demais redes de promoção da sustentabilidade.

Capítulo III - Dos Objetivos Específicos, Atribuições, Estratégias, Instrumentos e Indicadores

Seção 1. Da Coordenação da Política

Art 5o. São objetivos específicos da Coordenação da Política:

Estabelecer um ambiente favorável à aplicação da Política de Sustentabilidade na UFBA, norteando de maneira integrada as ações propostas e executadas pelas instâncias constituintes.

Art 6o. do Sistema de Sustentabilidade

A Política de Sustentabilidade da UFBA será executada através de uma estrutura organizacional funcionalmente integrativa. Esse sistema é caracterizado pela integração dos setores que compõem a administração da Universidade, em

seus diversos níveis hierárquicos, sendo composto por uma figura central ou coordenador central, capaz de reunir e coordenar áreas individuais de todas as instâncias.

Art 7o. das Atribuições quanto à Política de Sustentabilidade

1. Caberá à Reitoria:

Promover a interlocução entre instâncias e direcionamento das ações de maneira integrada;

2. Caberá ao Vice-Reitor:

Coordenar o planejamento e implementação das ações da Política de Sustentabilidade

3. Caberá à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação:

Planejar e coordenar o processo de elaboração e implementação das ações voltadas à inclusão da sustentabilidade no ensino de graduação;

4. Caberá à Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação:

Planejar e coordenar o processo de elaboração e implementação das ações voltadas à inclusão da sustentabilidade no ensino de pós-graduação;

5. Caberá à Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação:

Fomentar, coordenar e avaliar programas e projetos de pesquisa, criação e inovação no âmbito da sustentabilidade;

6. Caberá à Pró-Reitoria de Extensão Universitária:

Fomentar, coordenar e avaliar programas e projetos de extensão no âmbito da sustentabilidade;

7. Caberá à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento:

Planejar e gerir o orçamento destinado às atividades de execução oriundas da política de sustentabilidade;

8. Caberá à Pró-Reitoria de Administração:

Prestar auxílio administrativo à implementação das ações de execução às demais instâncias;

9. Caberá à Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas:

Realizar o levantamento da necessidade de capacitação acerca da temática sustentabilidade e incluir no Plano de Capacitação Anual da UFBA;

10. Caberá à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil:

Estimular o corpo discente nas ações de sustentabilidade, bem como incluir parâmetros/critérios relacionados à sustentabilidade no planejamento dos programas e projetos de ações afirmativas e de assistência estudantil;

11. Caberá às Unidades Universitárias:

Incluir parâmetros/critérios relacionados à sustentabilidade no planejamento das suas ações, em consonância aos princípios, objetivos, estratégias e instrumentos da presente política; Comprometer-se a participar das reuniões regulares;

12. Caberá aos Órgãos estruturantes:

Atuar em consonância aos objetivos da política de sustentabilidade da universidade, gerindo e executando ações específicas da administração acadêmica nesse âmbito;

13. Caberá às Superintendências:

Executar as deliberações oriundas da Política de Sustentabilidade propostas pela Reitoria dentro das atribuições de cada unidade;

14. Caberá ao corpo docente:

Educar, instruir e aumentar a percepção do corpo discente quanto às concepções de sustentabilidade; aproximar abordagens da temática da sustentabilidade no escopo das disciplinas ministradas, de acordo com a grade curricular e o conteúdo programático pré-estabelecido;

15. Caberá ao corpo discente:

Engajar-se nas ações e discussões relacionadas à Política de Sustentabilidade da UFBA, disseminando práticas e valores interna e externamente à Universidade.

Art 8o. das estratégias:

1. Aproveitar a expertise e a estrutura organizacional das instâncias já existentes no organograma da UFBA na formulação e execução das ações decorrentes da Política de Sustentabilidade¹³;
2. Integrar as Pró-Reitorias, Unidades Universitárias, Órgãos estruturantes e Superintendências ao planejamento e implementação das ações da Política de Sustentabilidade¹⁴;
3. Estabelecer obrigações às Pró-Reitorias no âmbito da sustentabilidade;
4. Estimular o envolvimento das Unidades Universitárias, Órgãos estruturantes e Superintendências à Política de Sustentabilidade.

Art9o. do Instrumento:

1. Reuniões regulares da Reitoria com as instâncias constituintes previstas no Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal da Bahia;

Art 10. dos Indicadores:

1. Proporção entre as propostas elaboradas pelas Pró-Reitorias e as aprovadas pelos Conselhos;
2. Número de propostas elaboradas pelas Pró-Reitorias como complemento da proporção;

¹³ O fenômeno da especialização já tem sido bem reportado em diversos sistemas da sociedade, como política, economia, religião e na ciência. Embora essa especialização tenha propiciado a evolução de atributos dentro do sistema, por consequência, eles perderam cada vez mais a capacidade de comunicar com outros sistemas (Kieser & Leiner 2009). Esse fenômeno também afeta a comunicação entre setores de uma organização, e pode gerar barreiras na implementação ou em iniciativas de sustentabilidade em instituições de ensino superior. Velazquez et al. (2005) elencam 17 motivos que representam empecilhos que dificultam a implementação de uma política de sustentabilidade. Dentre eles, destaca-se a estrutura da organização, falta de apoio dos administradores da universidade e falta de comunicação entre as diferentes unidades universitárias.

¹⁴ Uma forma de superar os desafios impostos pela especialização e de tornar efetivas as ações de sustentabilidade num contexto de Universidade departamentalizada é promover uma estrutura organizacional funcionalmente integrativa (Viebahn, 2002). Este sistema é caracterizado pela integração dos setores organizacionais que compõem a administração da Universidade, em seus diversos níveis hierárquicos, sendo composto por uma figura central ou coordenador central, capaz de reunir e coordenar áreas ambientais individuais de todas as instâncias. Este coordenador é responsável por reunir e coordenar as áreas individuais, dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir, reunir ideias e conduzir os trabalhos de relações públicas. Desta forma aproveita-se o conhecimento especializado de cada setor individualmente responsável pela proteção ambiental, coordenando-os com demais setores a fim de atender os objetivos do sistema como o todo (Viebahn, 2002).

3. Proporção entre o número de unidades universitárias existentes e o de representantes das mesmas nas reuniões ordinárias;
4. Número de propostas sugeridas às Unidades em relação ao número de propostas executadas por elas;
5. Número de propostas deliberadas aos Órgãos Estruturantes em relação ao número de propostas executadas por eles;
6. Número de propostas deliberadas às Superintendências em relação ao número de propostas executadas por elas.

Seção 2. Do Financiamento da Política

Art. 11. Objetivos específicos

1. Destinar uma fração do recurso financeiro do orçamento anual da Universidade Federal da Bahia para a implantação e manutenção da política de sustentabilidade;
2. Aplicar o recurso financeiro economizado através da política de sustentabilidade para serem utilizados na própria política;
3. Captar recursos financeiros de investidores públicos e particulares para a manutenção da política de sustentabilidade;
4. Gerar recursos financeiros através de programas de sustentabilidade para a manutenção da política de sustentabilidade.

Art 12. Atribuições

1. Caberão as deliberações sobre gestão, execução e fiscalização dos recursos financeiros disponibilizados para a política de sustentabilidade
 - a. CONSUNI e CONSEPE
2. Caberão o fomento da política de sustentabilidade
 - a. Órgãos Estruturantes, Unidades Universitárias e Órgãos Universitários

Art 13. Este artigo dispõe sobre a origem dos recursos para a implantação da política de sustentabilidade.

Parágrafo primeiro. Financiamento¹⁵:

i. Da própria Universidade Federal da Bahia.

Instrumento: Através da destinação de recurso financeiro do orçamento anual da Universidade Federal da Bahia para a política.

Indicador: Espera-se que com o passar dos anos, através de outras formas de obtenção de recursos financeiros, haja diminuição dos valores investidos pela Universidade Federal da Bahia na política.

ii. De instituições públicas e particulares.

Instrumento: Através da busca de financiamento por meio de editais e doações, devendo existir um grupo de pessoas responsáveis pelo fomento deste tipo de financiamento

Indicador: Aumento ou manutenção dos valores financeiros investidos por atores externos à UFBA.

Parágrafo segundo. Estabelecimento de programas de economia, onde o recurso financeiro economizado deve ser destinado para a própria manutenção da política, através da operação, ensino, extensão e pesquisa¹⁶¹⁷:

i. Energia

I. Diminuição através de modificação no comportamento de consumo

Instrumento: investimentos em programas educativos voltados à sensibilização do problema e monitoramento do consumo.

Indicador: diminuição no consumo por pessoa.

II. Substituição por equipamentos energeticamente mais eficientes

¹⁵ Como a ausência de recursos financeiros é uma das maiores barreiras para a implantação e manutenção de políticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior, é primordial que a Universidade Federal da Bahia esteja economicamente participativa no financiamento da política, garantindo a perpetuação da mesma. Ainda, é importante que recursos externos à Universidade Federal da Bahia seja prospectado para a política, ajudando na manutenção da mesma (Ávila et al., 2017; Fichter & Tiemann, 2018)

¹⁶ Universidades em todo o mundo têm estabelecido programas de economia em suas políticas de sustentabilidade (IARU, 2014; University of Waterloo, 2017; University of Cambridge, 2018)

¹⁷ Visando a sustentabilidade econômica da política, é importante que a mesma seja capaz de reduzir perdas econômicas, sendo assim, é essencial o estabelecimento de programas que visem a economia de recursos financeiros, consecutivamente recursos naturais (Marinho et al., 2014; Ávila et al., 2017)

Instrumento: Avaliar consumo médio de energia por hora dos equipamentos e substituí-los por outros de menor consumo.

Indicador: diminuição no consumo por unidades universitárias.

ii. Água

I. Diminuição através de modificação no comportamento de consumo¹⁸

Instrumento: investimentos em programas educativos voltados à sensibilização do problema e monitoramento do consumo.

Indicador: diminuição no consumo por pessoa.

II. Avaliação de perdas/vazamentos

Instrumento: avaliação e monitoramento do sistema hidráulico das unidades universitárias

Indicador: diminuição no consumo por unidades universitária

III. Reutilização

Instrumento: Água que perderam características de potabilidade, serem utilizadas para novos fins, como uso em descargas e irrigação.

Indicador: diminuição no consumo por unidades universitárias.

ii. Resíduos

I. Diminuição através de modificação no comportamento de consumo

Instrumento: avaliação e monitoramento da geração de resíduo por pessoa.

Indicador: diminuição na geração de resíduo por pessoa.

II. Reaproveitamento de equipamentos e móveis¹⁹.

Instrumento: Criação de um setor para recuperação de conserto e reutilização de equipamentos e móveis.

Indicador: Diminuição os valores investidos na compra de equipamentos e móveis na Universidade Federal da Bahia.

III. Gestão de resíduos não recicláveis e perigosos.

¹⁸ Velazquez et al., 2013; Marinho et al., 2014

¹⁹ Previsto no Plano de Logística Sustentável da própria Universidade Federal da Bahia, podendo levar à economia de recurso financeiro para a instituição.

Instrumento: Melhoria na segregação e gestão dos processos de descarte de resíduos não recicláveis e perigosos.

Indicador: Diminuição no gasto com logística para descarte final dos resíduos.

Parágrafo terceiro: Estabelecimento de programas de geração^{20 21}:

i. Energia solar²²

Instrumento: Avaliar demanda energética das unidades universitárias, não levando em consideração as perdas e desperdício de energia.

Indicador: Diminuição na demanda de compra de energia.

ii. Captação de água de chuva

Instrumento: Avaliar demanda de água das unidades universitárias, não levando em consideração as perdas e desperdício de água.

Indicador: Diminuição na demanda de compra de água.

iii. Resíduo

I. Reciclagem

Instrumento: Melhoria na segregação e venda dos resíduos recicláveis.

Indicador: Do total de resíduos produzidos por pessoal na UFBA, haver um aumento na proporção de resíduos recicláveis.

I. Compostagem

Instrumento: Melhoria na segregação e aproveitamento de resíduos orgânicos nas unidades universitárias.

Indicador: Aumento na produção húmus pela Universidade Federal da Bahia.

²⁰ Universidades em todo o mundo têm estabelecido programas de economia em suas políticas de sustentabilidade (IARU, 2014; University of Waterloo, 2017; University of Cambridge, 2018)

²¹ Visando a sustentabilidade econômica da política, é importante que a mesma seja capaz de gerar ganho de capital, sendo assim, é essencial o estabelecimento de programas que visem a obtenção de lucro através de recursos naturais renováveis e melhoria na gestão de resíduos (Hens et al., 2015; Ávila et al., 2014)

²² Estudos apontam a viabilidade econômica através da instalação sistemas de energia solar (Shayani et al., 2006; Dassi et al., 2015)

Art 14. Este artigo dispõe sobre a realização dos estudos de diagnósticos.

Parágrafo único: Os estudos de diagnósticos devem ser realizados anteriormente a implantação dos programas de recursos (economia e geração) para o financiamento da política de sustentabilidade, através de:

- a. Avaliação da viabilidade dos programas
- b. Estabelecimentos:
 - i. Indicadores de economia
 - ii. Metas a serem alcançada
 - iii. Prazos de implantação dos programas
 - iv. Reavaliação dos programas (novos diagnósticos)

Art 15. Este artigo dispõe sobre a destinação dos recursos.

Parágrafo único: Dentre os recursos adquiridos através dos programas, uma parte deve ser revertida para a Universidade Federal da Bahia, sendo a margem definida através dos diagnósticos realizados, para ser utilizadas nas questões administrativas referentes à sustentabilidade. Outra parte dos recursos financeiros devem ser entregues às unidades da instituição, para que os recursos sejam investidos no ensino, pesquisa e extensão relacionados à sustentabilidade

Seção 3. Da Adesão à Política

Art. x - Este artigo dispõe sobre incentivos via fomento financeiro.

Parágrafo único. Recursos financeiros economizados pelas unidades, através de redução de despesas com energia, água e outros bens de consumo, serão revertidos em forma de verba para uso da própria unidade.²³

- I- Sobre instrumentos: Estabelecimento de teto²⁴ para tais despesas e reembolso quando ocorrer consumo inferior ao mesmo. Estipulando-se valores médios para consumo dos itens citados por indivíduo em cada

²³ Cabe às unidades traçarem suas próprias estratégias de redução de consumo, dada às particularidades inerentes aos prédios e suas comunidades. Apesar de tal autonomia, a Coordenação de Meio Ambiente coloca-se à disposição de todos os gestores das unidades para elucidação de dúvidas e auxílios em planejamento de estratégias. Salienta-se a importância de que os gestores se aprofundem nos projetos já existentes que atuam nessa temática de consumo consciente dentro da própria universidade (ex.: Projeto Água Pura).

²⁴ O cálculo do teto deve ser realizado com base em métricas similares às utilizadas nos trabalhos referenciados e as fórmulas para alcançá-lo devem ser explicitamente apresentadas via portal da transparência (Ver Cap. III, Art1 °).

unidade e o fluxo diário de indivíduos desses prédios, deve-se estimar um valor de gasto mensal médio por indivíduo por unidade e, conseqüentemente, o gasto médio mensal esperado para cada unidade no que se refere a tais serviços, caracterizando assim o teto.

- II- Sobre indicadores: Valores repassados devem ser submetidos aos sistemas de auditoria vigentes da universidade. Devido ao caráter dinâmico de funcionamento das unidades, os valores de teto devem ser anualmente recalculados.

- III- Sobre as atribuições: Caberá à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) a responsabilidade do previsto nesse artigo.

Art 16. Este artigo dispõe sobre incentivos via fomento de pesquisa.

Parágrafo único. Fomento financeiro a projetos de pesquisa, ensino e extensão voltados à temática de sustentabilidade.

- I- Sobre instrumentos: criação de edital de bolsas de iniciação científica custeadas pela UFBA voltado especificamente para projetos de meio ambiente/sustentabilidade que, principalmente, abarque temas relativos ao funcionamento da universidade.

- II- Sobre indicadores: Os resultados alcançados pelos projetos de pesquisa contemplados no referido edital devem ser anualmente apresentados para banca avaliadora no Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFBA a fim de que a comunidade possa acompanhar os resultados do investimento e que a banca possa emitir parecer acerca da continuidade do apoio financeiro aos trabalhos contemplados.

- III- Sobre as atribuições: Caberá às Pró-Reitorias de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI) e de Extensão Universitária (PROEXT) a responsabilidade do previsto nesse artigo.

Art 17. Este artigo dispõe sobre incentivos via fomento às Empresas Juniores.

Parágrafo único. Fomento financeiro a projetos de pesquisa, ensino e extensão voltados à temática de sustentabilidade.

- I- Sobre instrumentos: Estabelecimento de cota de participação de estudantes das Empresas Juniores²⁵ nas atividades²⁶ relacionadas a meio ambiente e sustentabilidade desenvolvidas pela Coordenação de Meio Ambiente da SUMAI. Recomenda-se que para todas as ações onde a participação estudantil seja institucionalmente possível e para as quais haja tal mão de obra se destine 20% da composição da equipe de desenvolvimento da referida ação a membros das Empresas Juniores²⁷.

- II- Sobre indicadores: Resultados dos projetos realizados pelas Empresas Jrs. devem ser anualmente apresentados no Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFBA a fim de que a comunidade acadêmica possa acompanhar o desenvolvimento das atividades.

- III- Sobre as atribuições: Caberá às Pró-Reitorias de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI) e de Extensão Universitária (PROEXT) a responsabilidade do previsto nesse artigo

Art 18. Este artigo dispõe sobre incentivos via sensibilização da comunidade acadêmica.

Parágrafo único. Sensibilização da comunidade universitária para o engajamento na Política Ambiental da UFBA.

- I- Sobre instrumentos: Realização de Trilhas Interpretativas visando aumentar a colaboração e o controle das ações através da sensibilização da comunidade acadêmica²⁸. Os participantes terão acesso ao conteúdo relativo a fauna e flora local, história natural e história da universidade. O valor simbólico arrecadado através das visitas poderá ser revertido para o fomento de atividades previstas no Plano de Sustentabilidade. A execução da atividade deverá ser realizada por Empresas Jrs. da Universidade, de modo a realizar um diagnóstico para levantamento das potencialidades, elaboração de roteiro transdisciplinar que engloba diversos aspectos (biodiversidade, história, geografia).

²⁵ Valadão *et al.* 2014

²⁶ Exemplos de atividades: produção de materiais visuais, levantamentos estatísticos, desenvolvimento de softwares, soluções para resíduos, realização de levantamentos faunísticos e florísticos, etc.

²⁷ Cabe à coordenação decidir o papel que tais empresas deverão desempenhar no processo, todavia, recomenda-se que a maior autonomia possível seja dada aos estudantes para que de fato possam vivenciar uma experiência profissional completa.

²⁸ Coriolano, 2006; Eisenlohr *et al.* 2013.

II- Sobre indicadores: Avaliação por meio de pesquisa de qualidade da atividade realizada será considerada satisfatória quando ocorrer 90% ou mais de avaliação positiva na pesquisa, realizada anualmente.

III- Sobre as atribuições: Caberá à Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura a responsabilidade do previsto nesse artigo.

Seção 4. Do Controle da Política

Art 19. Afiliação da Política de Sustentabilidade da UFBA a agendas com iniciativas sustentáveis.

Parágrafo único. Este artigo dispõe sobre afiliação da Política de Sustentabilidade da UFBA à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).²⁹

I – Sugere-se que a Universidade Federal da Bahia busque se filiar a iniciativas nacionais de sustentabilidade como a A3P, visando otimizar a implementação e monitoramento das ações de sustentabilidades exercidas na universidade.³⁰

II – Interação com outros setores da sociedade e instituições de ensino superior que estejam atuantes na busca por funcionamento sustentável.

III- Sobre as atribuições: Caberá à Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura a responsabilidade do previsto nesse artigo.

Art 20. Este artigo dispõe sobre a otimização dos canais de comunicação com a comunidade.

Parágrafo único. Viabilização do acesso à informação relacionada aos gastos públicos de despesas e insumos relacionados a meio ambiente.

I-Sobre instrumentos: Divulgação explícita de resultados de economia de recursos e gastos com água, energia, papel, geração de resíduos via criação de portal da transparência³¹ e ouvidoria específica. Recomenda-se que o portal da transparência possua uma estrutura interativa e simplificada, visto que seu objetivo é facilitar o acesso à informação a todos os membros da comunidade. É expressamente recomendado que o portal seja alimentado mensalmente com dados de desempenho das unidades e eventualmente com notícias que os administradores julgarem relevantes. O portal da

²⁹ A3P nasce de uma iniciativa nacional do Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal, com a proposta de rever os padrões de consumo e produção. Universidades filiadas estão sujeitas a concessão do “Prêmio A3P Melhores Práticas de Sustentabilidade”, visando reconhecer o mérito de ações de sustentabilidade desenvolvidas nos órgãos públicos (MMA, 2009).

³⁰ Nascimento *et al.*, 2015; Luiz *et al.*, 2013.

³¹ Sánchez e Elena, 2006; Gama e Rodriguez, 2016.

transparência deve ser difundido no maior número de redes sociais possíveis, que estejam em voga, para que seu alcance seja efetivo, dinâmico e possua caráter interativo. Atrelado ao portal recomenda-se a criação de uma ouvidoria específica para que estudantes, professores, demais funcionários e terceirizados que possam manifestar sugestões, queixas e ocorrências ligadas a questões ambientais na universidade.³²

- II- Sobre indicadores: As unidades farão parte de um ranking, onde ficará explícito e de fácil acesso a aderência e comprometimento de cada unidade com as ações de economia de recursos determinados na Política Sustentável.
- III- Sobre as atribuições: Caberá à Superintendência de Tecnologia da Informação a responsabilidade do previsto nesse artigo.

Art 21. Este artigo dispõe sobre as Reuniões Ordinárias.

Parágrafo único. Realização de reuniões periódicas visando o debate e planejamento das ações de sustentabilidade, bem como monitoramento dos projetos em andamento relacionados ao tema.

- I- Sobre instrumentos: Reuniões semestrais conjuntas do vice-reitor com as instâncias (pró-reitores, representantes das instituições universitárias, órgãos estruturais e superintendências) para alinhamento das estratégias e planejamento de ações visando o exercício da Política de Sustentabilidade, bem como as metas estabelecidas na A3P.
- II- Sobre indicadores: Avaliação da aplicabilidade das propostas de ações sustentáveis, bem como a realização de pareceres visando o acompanhamento efetivo do desenvolvimento das propostas.
- III- Sobre as atribuições: Caberá ao vice-reitor da Universidade Federal da Bahia a responsabilidade do previsto nesse artigo.

³² Lei do Acesso a Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Seção 5. Da Formação para a Sustentabilidade³³

Art. 22. Dos princípios:

Parágrafo 1 A formação no âmbito da Política de Sustentabilidade da UFBA deve se basear na concepção da sustentabilidade como uma cultura, composta por práticas, diferentes formas de conhecimento e valores que contribuem em conjunto para a construção de concepções em prol da sustentabilidade nos sujeitos deste processo (professores, estudantes, funcionários)³⁴.

³³ **Motivações legais:** no intuito de abordar as demandas socioambientais, a constituição federal de 1988 salienta que as instituições educacionais devem promover a educação ambiental de maneira integrada (artigos 205 a 225) e as Universidades devem contribuir para o desenvolvimento sustentável, assumindo o seu papel no cenário socioambiental e na formação de diplomados nas diferentes áreas de conhecimento (LDB nº9394/96 inciso 2). Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997, trouxeram a importância de trabalhar a sustentabilidade nos diferentes níveis de ensino, devido principalmente ao confronto entre o modelo econômico vigente e a necessidade de conservação ambiental. Esses parâmetros sugerem a discussão sobre como promover o desenvolvimento das nações de maneira a gerar o crescimento econômico em consonância com a exploração sustentável dos recursos naturais. A Proposta do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/72) utiliza o termo desenvolvimento sustentável como significado de melhorar a qualidade de vida humana dentro da capacidade de suporte dos ecossistemas. Em 1999 foi criada a Lei 9795/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que em seu artigo primeiro, coloca a sustentabilidade como um valor social, conhecimento, habilidade, atitude e competência que devem ser construídos pelo indivíduo dentro da educação ambiental, sendo a mesma um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal ou não formal. Dessa maneira, a PNEA reforça que a sustentabilidade deve constar nos currículos de formação em todos os níveis e disciplinas de maneira transversal (artigo 11). Diversas leis e decretos reforçam a importância da educação para o desenvolvimento sustentável através de abordagens horizontais, articuladas e contínuas (Rio+20; Conselho Nacional de Educação Nº14/2012; Reformulação da LDB em 2012; Lei 6938 da Política Nacional de Meio Ambiente-PNMA; Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 10/2012 que implementa o Plano de Logística Sustentável-PLS). Além dos marcos legais, existem diversos acordos internacionais sobre Universidades Sustentáveis e uma importante iniciativa foi a Década das Nações Unidas para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DESD, 2005-2014), que teve como objetivo integrar os princípios, valores e práticas do Desenvolvimento Sustentável em todos os aspectos da educação e da aprendizagem. Existem variados instrumentos legais para a incorporação da formação para a sustentabilidade no ensino superior e as iniciativas neste sentido devem incluir não apenas a gestão e operacionalização dos campi, mas a sustentabilidade como um eixo que permeia as ações e produtos da Universidade, o que inclui ensino, pesquisa e extensão.

³⁴ A formação, em qualquer tema, engloba aspectos relacionados ao conhecimento, práticas e valores. Assim, partimos do pressuposto de que para garantir uma formação de cidadãos socialmente ativos em prol da sustentabilidade, os três componentes devem ser trabalhados no ambiente Universitário. Sidiropulos (2018) em revisão demonstra que os comportamentos ambientais são influenciados por uma série de fatores como: experiência da infância, conhecimento e educação, personalidade e autoconhecimento, senso de controle, valores, visões políticas e do mundo, metas pessoais, responsabilidade, preconceitos cognitivos, inserção de lugares, idade, gênero e atividades escolhidas, religião, diferenças urbano-rurais, normas, classe social, proximidade a locais problemáticos, variações étnicas e culturais. Essa multiplicidade de influências individuais e sociais parecem complicar qualquer tentativa de propor ações de formação para a sustentabilidade, mas ao persistirmos nesse propósito a complexidade do problema deve servir para refinar as nossas estratégias e torná-las mais eficientes. Políticas de sustentabilidade e iniciativas sustentáveis têm significância expressiva na formação universitária, visto que ajudam a moldar a cultura e valores, e definir os comportamentos desejáveis. Neste contexto é importante ressaltar que mudanças no comportamento individual são refletidas na mudança de cultura, ao passo que a mudança de cultura fomenta mudanças no comportamento individual (Adams, 2018). A Universidade deve proporcionar ao estudante a experiência de vivenciar a sustentabilidade - como uma imersão cultural.

Parágrafo 2 A Universidade deve atuar como um sistema aberto nas questões sobre sustentabilidade, ou seja, com estrutura e dinâmica permeáveis ao seu contexto (demandas sociais), na qual possam se estabelecer comunicação e práticas de co-participação, tanto em suas atividades, quanto na construção dos produtos.³⁵

Parágrafo 3 A inter e transdisciplinaridade devem ser incorporadas como eixos transversais na política de formação para a sustentabilidade, devendo ser incluídas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.³⁶

Art. 23. Dos objetivos

Parágrafo único - São objetivos de formação para a sustentabilidade:

- I. Criar e implementar práticas que atendam aos princípios da sustentabilidade nas atividades finalísticas e administrativas na Universidade.
- II. Instituir instrumentos de fomento e valorização das ações de pesquisa, ensino e extensão assim como das atividades administrativas que promovam a sustentabilidade com o intuito de criar um sistema de valores para a sustentabilidade na comunidade universitária.
- III. Incorporar conhecimento teórico, prático, metodológico e outras formas de conhecimento, para abordar princípios, conteúdo e questões de sustentabilidade de forma transversal nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

³⁵ O Art. 207 da Constituição Federal de 88 propõe a Universidade como instituição pública que tem como eixos a pesquisa (produção de conhecimento), ensino (capacitação e formação de pessoas) e extensão (contextualização social do conhecimento produzido). Neste sentido evocamos aqui a função social da Universidade, que não deve ser identificada e relacionada apenas às atividades de extensão e depende diretamente de integração com a sociedade. Ao se deparar com questões vivas e atuais, como é o desafio da sustentabilidade em suas dimensões ambientais, sociais e econômicas, a Universidade tem a oportunidade de redesenhar o seu lugar na sociedade, reafirmar suas funções primordiais, criticar as estruturas postas e propor soluções coletivas capazes de construir novos pilares para entender e transpor os desafios particularmente relacionados à sustentabilidade (Araújo, AG. Ensaio sobre a Universidade e sua Função Social. Filosofando – Revista de Filosofia da UESB. V. 1. 2012; Dentoni e Bitzer, 2015)

³⁶ Implementar uma cultura de sustentabilidade é um desafio complexo, entendido na literatura sobre sustentabilidade como um **problema perverso** que exige tanto a co-participação entre múltiplos atores sociais quanto a interação e integração entre diferentes disciplinas. Considerando a natureza e características dos desafios da transição para a sustentabilidade, os processos transdisciplinares assumem um papel decisivo por desenvolverem soluções socialmente robustas e impactarem o sistema acadêmico pelo aprendizado mútuo e integração entre diferentes formas de conhecimento, além de empoderar os atores sociais, incluindo os próprios estudantes(Sholz et. al., 2015).

- IV. Aplicar o conhecimento teórico na resolução de problemas práticos da própria Universidade e da sociedade.
- V. Diagnosticar quais são as estruturas e ações já existentes na Universidade que atuam para a interação e integração academia-sociedade.
- VI. Implementar instrumentos que articulem as estruturas e ações de interação ou integração com o intuito de propor formas de otimizar as mesmas.
- VII. Criar instrumentos, e seus respectivos meios de implementação, que promovam a interação academia-sociedade em todas as suas formas desde a aproximação até a co-participação na produção de conhecimento e produtos sociais.
- VIII. Criar instrumentos, e prover os meios de implementação dos mesmos, que incluam e instituem a inter e transdisciplinaridade nas atividades de pesquisa, ensino e extensão.
- IX. Criar instrumentos de incentivo e valorização para ações inter e transdisciplinares de ensino e pesquisa.

Ar. 24. Das estratégias, instrumentos e indicadores

Parágrafo único: São estratégias e seus respectivos instrumentos e indicadores:

I - Renovação dos currículos dos cursos para promover a integração de temáticas sobre sustentabilidade como tema inter e transdisciplinar.

A Instrumentos: Oficinas ou outras formas de interação entre docentes para identificar os conhecimentos, habilidades e competências relacionadas à sustentabilidade relevantes para cada curso. As temáticas sobre sustentabilidade identificadas devem ser incorporadas em disciplinas regulares, combinado com o objetivo e escopo de cada disciplina específica.

B Sobre indicadores: As pegadas ecológicas dos estudantes serão utilizadas como uma medida de resultado visando mudanças estatisticamente significativas no comportamento do aluno (conforme medido por suas pegadas ecológicas).

II Incluir transversalmente a temática da sustentabilidade em todos os cursos de capacitação possíveis realizados na UFBA.

A Sobre instrumentos: a revisão dos currículos deverá incorporar a temática da sustentabilidade de forma que este conteúdo se relacione ao conteúdo de cada curso, respeitando as suas especificidades.

B Sobre indicadores: Número de cursos com a temática da sustentabilidade integrada ao curso.

III Realização de cursos de Educação à Distância (EAD) sobre sustentabilidade para a comunidade interna e externa.

A Sobre instrumentos: Através de Plataformas online serão disponibilizados cursos com certificação, abertos para todos os públicos.

B Sobre indicadores: Número de cursos e inscritos.

IV Capacitação dos docentes para atividades inter e transdisciplinares com o foco na sustentabilidade.

A Sobre instrumentos: cursos de formação continuada, os quais abordarão em seus conteúdos técnicas de como trabalhar de maneira inter e transdisciplinar. Esses cursos deverão abordar também conceitos e princípios da sustentabilidade.

B Sobre indicadores: Número de professores capacitados.

V Incentivo à participação da comunidade acadêmica em eventos como seminários, apresentações, entre outros, que tenham em sua temática a sustentabilidade.

A Sobre instrumentos: Através de incentivos financeiros.

B Sobre indicadores: Nº de inscritos da universidade nos eventos

VI Realizar ações voltadas para o engajamento nas atitudes para a promoção da sustentabilidade, e discutir aspectos relacionados à lacuna entre consciência e comportamento.

A Sobre instrumentos: Atividades de docência visando aumento de engajamento, através de desenvolvimento de consciência e comportamentos alinhados com princípios de sustentabilidade e incentivo a pesquisas voltadas para conhecimento e desenvolvimento de estratégias associadas ao engajamento comportamental com a sustentabilidade.

B Sobre indicadores: Avaliações periódicas de níveis de consciência (Adams et al. 2018) nos diferentes setores (docentes, outros funcionários, discentes); Avaliações que captem aspectos comportamentais de docentes, funcionários e discentes associados à sustentabilidade (como uso correto das lixeiras, economia de água, etc.).

VII Exigir que pelo menos 20% da carga horária de atividades curriculares complementares, para alunos da graduação, sejam relacionados ao tema sustentabilidade.

A Sobre instrumentos: Entrega de documentação comprobatória da realização das atividades.

B Sobre indicadores: N° de horas cumpridas.

VIII As empresas juniores, PETs, escritórios e similares, estabelecidos dentro da UFBA, realizarão trabalhos para a Universidade visando a sustentabilidade como forma de contrapartida.

A Sobre instrumentos: Fica a critério de cada empresa apresentar e executar uma forma de contrapartida.

B Sobre indicadores: Número de trabalhos realizados para a instituição.

IX Criar prêmio para os melhores trabalhos que envolvam sustentabilidade na UFBA realizados em âmbito de graduação e pós-graduação.

A Sobre instrumentos: Será lançado anualmente um edital onde os estudantes submeterão os resultados dos seus projetos. A avaliação e seleção do projeto premiado ficará a cargo de um comitê composto por professores externos e internos. O prêmio será uma certificação.

B Sobre indicadores: Número de prêmios distribuídos e trabalhos inscritos.

X Capacitar os administradores de edifício sobre questões gerais de sustentabilidade incluindo a fiscalização do uso eficiente da água e energia, correta destinação dos resíduos sólidos, entre outros.

A Sobre instrumentos: Realização de cursos, oficinas e palestras.

B Sobre indicadores: Números de administradores de edifício capacitados.

XI Realizar capacitação para os técnicos administrativos com o objetivo de promover a sustentabilidade na universidade

A Sobre instrumentos: Realização de cursos, oficinas e palestras.

B Sobre indicadores: Números de técnicos administrativos capacitados.

XII Incluir no conteúdo programático dos concursos realizados pela UFBA, respeitando a sua especificidade, tópicos sobre sustentabilidade.

A Sobre instrumentos: Na elaboração do edital será incorporado temas relacionados à sustentabilidade.

B Sobre indicadores: Número de concursos com o conteúdo programático que incluam a temática.

XIII Atualizar a cada dois anos o Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFBA

A Sobre instrumentos: Criação de um comitê de atualização e avaliação do PLS.

B Sobre indicadores: Atualização realizada.

XIV Incluir o Eixo: Formação sustentável no PLS da UFBA

A Sobre instrumentos: Criação de um comitê educacional para inclusão e avaliação do PLS.

B Sobre indicadores: Eixo incluído no PLS.

XV Permitir que as ações do PLS possam ser realizadas através de projetos, trabalhos de sala, monografias, dissertações, entre outros.

A Sobre instrumentos: Professores e orientadores interessados deverão submeter a proposta sinalizando a ação de interesse. A efetivação da mesma será avaliada por um comitê gestor do PLS.

B Sobre indicadores: Número de ações realizadas.

XVI Campanha de apresentação do PLS para a comunidade acadêmica

A Sobre indicadores: A divulgação será realizada através do site da UFBA e semestralmente, através de palestras em cada instituto para os novos servidores e estudantes.

B Sobre indicadores: Ação realizada.

XVII Realizar oficinas sobre manejo de material de limpeza com colaboradores responsáveis por esse trabalho em cada unidade:

A Sobre instrumentos: Semestralmente serão oferecidas oficinas sobre o uso e racionalização de produtos. Os cursos serão ministrados pela Superintendência de Meio de Ambiente e Infraestrutura.

B Sobre indicadores: Número de participantes nas oficinas.

XVIII Criar parcerias com associações comunitárias, ONG's, empresas e institutos do entorno da UFBA buscando estimular projetos, ações e políticas ambientais voltados para a sustentabilidade.

A Sobre instrumentos: A parceria será firmada através de um termo de cooperação entre as instituições que ficará a cargo de Pró-Reitoria de Extensão Universitária.

B Sobre indicadores: Número de parcerias criadas.

Seção 6. Da Operação dos *Campi*

Art 25. Objetivos Específicos:

- I. Implantar medidas de controle no uso dos recursos naturais ofertados na UFBA, priorizando a eficiência hídrica, energética, a redução na geração de resíduos sólidos e a conservação das áreas verdes;
- II. Implementar estratégias para efetiva sensibilização da comunidade universitária em prol da adesão, disseminação e popularização das práticas sustentáveis na Universidade;
- III. A priorização, em sequência, da não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição ambientalmente adequada dos resíduos produzidos na Universidade;
- IV. Desenvolvimento de indicadores absolutos e relativos para aferir a eficiência dos programas e estratégias adotadas, subsequente ao diagnóstico da operação da Universidade.

Art: - Caberá à Coordenação de Meio Ambiente (CMA):

- I. O planejamento operacional e execução das estratégias discriminadas nas seções 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4.

SEÇÃO 6.1

Água e efluentes

Art ° - Criar e adotar programas para reduzir o consumo de água, que incluam:

- I. Solicitar a participação efetiva da Coordenação de Meio Ambiente (CMA) da SUMAI ao programa “Aguapura”³⁷;
- II. Manutenção dos monitoramentos setorizados diários nos hidrômetros posicionados em cada unidade da Universidade Federal da Bahia³⁸;
- III. É vedado a utilização do volume de água captado do poço artesiano para fins não nobres;³⁹
- IV. Realização mensal de análises da qualidade da água do poço artesiano⁴⁰;
- V. Suprimento dos reservatórios elevados com a água do poço artesiano previamente qualificadas
 - A. Implantação logo após a captação de uma estação de tratamento de água *in situ*;
- VI. Torna-se o diretor de cada unidade obrigado a indicar uma pessoa responsável para a leitura dos hidrômetros e lançamento dos dados no sistema do Programa “Aguapura”;
- VII. Campanhas semanais, que incluam integrantes do Programa “Aguapura” e representantes da Coordenação de Manutenção da SUMAI devem ser executadas para avaliações preventivas e corretivas da rede de abastecimento de água⁴¹.
- VIII. Implantação efetiva de aproveitamento da água da chuva para realização de atividades secundárias, como por exemplo: irrigação, lavagem dos carros da Universidade.
- IX. Os laboratórios das unidades que executem destilação de água, ficam obrigados a armazenar a água residual originada do processo, a ser utilizada posteriormente em atividades secundárias.
- X. Instalação de redutores de vazão nas torneiras de acionamento automático nas dependências de cada unidade.

37 A adesão será mais efetiva e alcançará todos os Institutos da UFBA de forma obrigatória, visando de modo geral, a utilização sustentável deste recurso e tendo como consequência uma redução mensal nos custos com a EMBASA e a possibilidade de uma destinação mais heterogênea dos recursos

38 TAMAKI et al., 2006; TAMAKI, 2003

39 Regulamentado pela Resolução CONAMA nº357/2005;

40 Análises para verificar a qualidade da água no que se refere aos padrões de potabilidade estabelecidos pela portaria MS 2914/2011, é importante recurso para respaldar a implementação de uso desta como Solução Alternativa Coletiva - SAC;

41 MARINHO; GONÇALVES; KIPERSTOCK, 2014

- XI. Nos chuveiros de cada unidade, devem ser instalados aeradores de silicone na saída de água.
- XII. Diante da operação do balanço hídrico da Universidade (oferta x demanda) desenvolver indicadores e metas a fim da redução gradual no consumo.
- XIII. **Sobre instrumentos:** São instrumentos adotados pela Política de Sustentabilidade da Universidade Federal da Bahia, entre outros.
 - A. Enquadramento dos corpos hídricos utilizados pela Universidade;

SEÇÃO 6.2

Energia

Art 26. Criar e adotar programas para reduzir o consumo de energia elétrica, que incluam:

- I. O aproveitamento de iluminação e ventilação naturais nos prédios da Universidade;
- II. A substituição gradual de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED nos prédios da Universidade;
- III. A avaliação da iluminância mantida nas salas de aula da Instituição;
- IV. Instalação de sensores de presença em banheiros, corredores e escadarias dos prédios da Universidade.
- V. **Sobre instrumentos:** São instrumentos adotados pela Política de Sustentabilidade da Universidade Federal da Bahia, entre outros:
 - A. Avaliação da luminosidade de interiores nas dependências de cada unidade.

SEÇÃO 6.3

Resíduos Sólidos

Art 27. Criar e adotar programas para reduzir a geração de resíduos sólidos, que incluam:

- I. Realizações de monitoramento mensais referente a coleta e destinação dos resíduos sólidos nos Institutos, cantinas e restaurantes universitários.
 - A. Verificação da adequabilidade e capacidade dos coletores de resíduos;

- B. Torna-se necessário o diretor da unidade delegar funcionários que sejam responsáveis por este monitoramento.
- II. Inventariar anualmente o maciço de resíduos produzidos por cada unidade e sua gravimetria;
 - A. Propor estratégias de redução semestralmente.
- III. **Sobre instrumentos:** São instrumentos adotados pela Política de Sustentabilidade da Universidade Federal da Bahia, entre outros:
 - A. Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos da Universidade;
 - B. Inventários e composição gravimétrica dos resíduos sólidos;

SEÇÃO 6.4

Áreas Verdes

Art 28. Criar e adotar programas para voltadas para a gestão das áreas verdes, que incluam:

- I. Sensibilização da comunidade acadêmica sobre a real importância da preservação das áreas verdes do entorno dos *campi*;
 - A. Quanto mais preservada as áreas se encontrarem maior será a biodiversidade abrigada.
- II. Elaborar um plano de recuperação ecológica das áreas verdes da UFBA, considerando a conservação e manutenção do Bioma Mata Atlântica, priorizando a disponibilização de serviços ecossistêmicos e a manutenção da fauna, que darão suporte à sustentabilidade dessas áreas;⁴²

⁴² De acordo com Carvalho (2007) podemos perceber, pelos resultados botânicos e etnográficos (entrevistas e levantamento do histórico da ocupação física da universidade) que não existiu um plano de arborização da UFBA, mas sim iniciativas isoladas das unidades, mutirões organizados pelos alunos e ações individuais de membros, de diferentes setores e da comunidade acadêmica. Atualmente a Coordenação de Meio Ambiente da SUMAI – UFBA, através do Núcleo de Urbanização e Conservação das áreas Verdes, conta com um programa permanente de Enriquecimento Florístico que tem como principais objetivos ampliação florística com espécies do Bioma Mata Atlântica em áreas de matas existentes no campus Ondina, com a finalidade de recomposição dos sítios ecológicos degradados pelas atividades antrópicas e plantio de espécies nativas brasileiras e de plantas ornamentais para composição dos espaços urbanizados dos campi da UFBA (PLS UFBA)

⁴³III. Realizar o zoneamento ecológico das áreas verdes da UFBA, de maneira que sejam definidas as áreas prioritárias para conservação e as possíveis áreas para edificação, preservando assim espaços predefinidos;

IV. Implantar viveiros de mudas de espécies endêmicas.

V. Sobre instrumentos: São instrumentos adotados pela Política de Sustentabilidade da Universidade Federal da Bahia, entre outros:

A. Monitoramento e Fiscalização ambiental;

B. Plano de Restauração ecológica das áreas verdes;

Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. 2006.

Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010.

⁴³ Segundo informações colhidas junto à SUMAI, a UFBA não possui documentos ou normas que determinem áreas verdes para conservação ou algum modelo de zoneamento ecológico. Entretanto, em 19/03/2008 durante as discussões prévias do Plano Diretor de Desenvolvimento Físico e Ambiental da UFBA, documento que estabeleceu os princípios básicos para a reforma patrimonial da universidade, foram aprovadas por unanimidade pelo Conselho Universitário da UFBA algumas diretrizes, dentre elas a seguinte: i) Preservar, ponderando disponibilidades e necessidades de espaço, o patrimônio ambiental da UFBA, ampliando, adensando e protegendo fauna e áreas verdes dos campi; O que legalmente não prioriza a conservação dessas áreas.

Referências:

AMARAL, Luís P.; MARTINS, Nelson; GOUVEIA, Joaquim B. Quest for a sustainable university: A review. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v. 16, n. 2, p. 155-172. 2015.

AMORIM, Cláudia Naves David. Iluminação Natural e Eficiência Energética—Parte I. Estratégias de projeto para uma arquitetura sustentável. Brasília, Nov. 2002a. Disponível em: http://www.unb.br/fau/posgraduacao/cadernos_eletronicos/ediçao2002.htm. Acesso em: agosto de 2018, p. 449-463. 2002.

Ávila, L.V.; Filho, W.L.; Brandli, L.; MacGregor, C.; Molthan-Hill, P.; Özuyar, P.G. & Moreira, R.M. 2017. Barriers to Innovation and Sustainability at Universities Around the World. DOI: 10.1016/j.jclepro.2017.07.025

CARVALHO, Gabriel M. de. Levantamento das Espécies Arbóreas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia. *SITIENTIBUS SÉRIE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS* 7 (4): 377-387 [VOL. 7 377. 2009

Coriolano L. N. M. T. (2006) Bases conceituais do desenvolvimento e do ecoturismo. Turismo e ambiente: temas emergentes. Campinas: Alinea.

Dassi, J.A.; Zanin, A.; Bagatini, F.M.; Tibola, A.; Barichello, R & Moura, G.D. 2015. Análise da viabilidade econômico-financeira da energia solar fotovoltaica em uma instituição de ensino superior do sul do Brasil.

Eisenlohr P.V., Meyer L., Miranda P.L.S., Rezende V.L., Sarmiento C.D., Mota T.J.R.C., Garcia L.C., Melo M.M.R.F. (2013) Trilhas e seu papel ecológico: o que temos aprendido e quais as perspectivas para restauração de ecossistemas? *Hoehnea* 40(3): 407-418.

Fichter, K. & Tiemann, I. 2018. Factors influencing university support for sustainable entrepreneurship Insights from explorative case studies. DOI: 10.1016/j.jclepro.2017.12.031

Gama J.R., Rodriguez G. M. (2016) Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. *TransInformação*, Campinas, 28(1):47-57, doi: 10.1590/2318-08892016002800004.

Hens, L.; Cabello-Eras, J.J.; Sagastume-Gutiérrez, A.; Garcia-Lorenzo, D.; Cogollos-Martinez, J.B. & Vandecasteele, C. 2017. University-industry interaction on cleaner production. The case of the Cleaner Production Center at the University of Cienfuegos in Cuba, a country in transition. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.10.105>

International Alliance of Research Universities. 2014. Green Guid for Universities

JOAQUIM, Luís P. Amaral Nelson Martins; GOUVEIA, B. Quest for a sustainable university: a review. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, Vol. 16 Iss 2 pp. 2015.

Kieser, A., & Leiner, L. (2009). Why the rigour–relevance gap in management research is unbridgeable. *Journal of Management Studies*, 46 (3), 516-533.

Luiz, L. C., Rau, K., de Freitas, C. L., & Pfitscher, E. D. (2013). Agenda ambiental na administração pública (a3p) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. *Administração Pública e Gestão Social*, 5(2): 54-62.

MACHADO, Raquel Engelman et al. Práticas de gestão ambiental em universidades brasileiras. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 7, n. 3, p. 37. 2013.

MARTIN, James. The sustainable university: Green goals and new challenges for higher education leaders. JHU Press. 2012.

Marinho M., Gonçalves M.S., Kiperstok A. (2014) Water conservation as a tool to support sustainable practices in a Brazilian public university. *Journal of Cleaner Production* 62(1): 98-106.

Ministério do Meio Ambiente. Agenda Ambiental na Administração Pública (2009). Disponível em <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>>.

Nascimento M.M., Virgínio M.V.O., Lopes L.R. (2015) Educação Ambiental na Administração Pública: A implantação da A3P na Universidade Federal do Vale do São Francisco/Univasf-PE. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria*, 19(2): 493-501.

RICHARDSON, Alan J.; KACHLER, Meghan D. 16. University sustainability reporting: A review of the literature and development of a model. *Handbook of Sustainability in Management Education: In Search of a Multidisciplinary, Innovative and Integrated Approach*, p. 385. 2017.

Sánchez M.P., Elena S. (2006) Improving transparency and internal management. *Journal of Intellectual Capital* 7(4):529-548, doi: 10.1108/14691930610709158.

SANTESSO, Caroline Antonelli; DE MORAES, Clauciana Schmidt Bueno; SANTARINE, Gerson Antonio. Energy saving through passive and active strategies: A study for social interest home. *Espacius*, v. 38, n. 23. 2017.

Shayani, R.A.; Oliveira, M.A.G. & Camargo, I.M.T. 2006. Comparação de custo entre energia solar fotovoltaica e fontes convencionais.

SILVA, Milthon Serna et al. Eficiência Energética Na Gestão Da Conta De Energia Elétrica Da Universidade Federal De Sergipe. In: XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul. 2011.

Tamaki, H.O.; Da Silva, G. S.; Gonçalves, O.M. (2006) A medição setorizada como instrumento de gestão da demanda de água em sistemas prediais: estudo de caso na universidade de São Paulo. CEP, v. 5508, p. 900.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. Gestão & Produção, v. 13, n. 3, p. 503-515. 2006.

University of Cambridge. Environmental Sustainability Vision, Policy and Strategy. Disponível em: www.environment.admin.cam.ac.uk Acessado em: 04 de agosto de 2018

University of Waterloo. 2017. Environmental Sustainability Report

Valadão Jr V. M., Almeida R.C., Medeiros C.R.O. (2014) Empresa Júnior: Espaço para construção de competências. Administração: Ensino e Pesquisa. Rio de Janeiro 15(4):665-695.

Velazquez, L., Munguia, N., & Sanchez, M. (2005). Deterring sustainability in higher education institutions: An appraisal of the factors which influence sustainability in higher education institutions. International Journal of Sustainability in Higher Education, 6 (4), 383-391.

Velazquez, L.; Munguia, N. & Ojeda, M. 2013. Optimizing water use in the University of Sonora, Mexico. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.09.005>

Viebahn, P. (2002). An environmental management model for universities: from environmental guidelines to staff involvement. Journal of Cleaner Production, 10 (1), 3-12.

Resultado da avaliação da disciplina pelos estudantes

Em que grau você está satisfeito com a proposta e organização da disciplina?

muito insatisfeito +
insatisfeito
satisfeito ++++++
muito satisfeito ++++++++

Explique a sua resposta

A proposta da disciplina em unir o Mestrado Acadêmico e Profissional e Doutorado, foi de grande relevância, pois pudemos conviver com diferentes maneiras de construção e diálogo o que contribuiu para um produto final de qualidade.

Creio que a proposta, bem como a metodologia utilizada foi adequada e mais proveitosa do que seria com somente aulas expositivas.

Fiquei muito satisfeito em contribuir para a formulação de uma política de sustentabilidade da universidade que me formou como pessoa e profissional. Além disso, foi enorme a contribuição para a construção da política a debate interdisciplinar com várias esferas da universidade, atribuindo uma contextualização mais holística ao processo.

Gostaria de uma carga horária maior, para poder desenvolvermos melhor o documento para a política

Gostei da proposta da disciplina pois se tratava da solução de um problema real. Sobre a organização, principalmente no que diz respeito a trabalhar com pessoas de diferentes áreas, ajudou nas discussões.

A organização da disciplina quanto ao tempo de resolver o problema proposto em concomitância com as palestras foi impecável. A discussão conseguiu seguir em um ritmo interessante que proporcionou bons produtos mesmo sendo uma disciplina de apenas 2 finais de semana.

A disciplina foi bem planejada e apresentada, oferecendo um equilíbrio adequado entre palestras e trabalho prático, com suficiente material de apoio.

Para mim, foi uma experiência bastante enriquecedora em vários aspectos. Primeiro pela iniciativa de fazermos algo que poderá ser utilizado... ou seja, não saímos da

disciplina com a sensação de que o trabalho de nada valeu. E segundo, gostei bastante da proposta de integrar o mestrado acadêmico e o profissional.

A organização da disciplina permitiu ao grupo acessar um volume maior de informações para construir um produto mais amplo a partir de contribuições complementares. Incluir no cronograma o tempo de pesquisa e leitura de material bibliográfico, assim como o tempo de produção escrita foi muito positivo por concentrar em sala todo o investimento de tempo. O dimensionamento do tempo e do produto foi bastante realista.

Gostaria de um trabalho mais organizado com os temas

A disciplina propiciou conhecimento e prática voltados para política ambiental, integração entre estudantes e professores de diferentes cursos, enriquecendo os debates e o desenvolvimento de trabalho com diferentes perspectivas. Porém, a política talvez pudesse ser melhor desenvolvida se houvesse mais tempo em sala para isso (talvez maior carga horária na disciplina, já que não acho que deveria ser reduzido o tempo das outras atividades).

A organização da disciplina permitiu uma ampla participação das equipes e entendimento para a resolução do problema proposto, com interferências pontuais por parte dos docentes

Fiquei satisfeita com a proposta da disciplina, no entanto algumas discussões realizadas não foram muito bem mediadas, deixando a turma em um loop. Acredito que uma mediação mais ativa durante os debates irá promover uma organização mais adequada para o tipo de trabalho que estávamos realizando.

A princípio imaginei que a disciplina seria abordada de outro modo e tive um desapontamento inicial por perceber que se trataria da redação de trechos para a política ambiental na UFBA quando eu esperava uma aula convencional sobre política. Entretanto, com o desenvolvimento das aulas, percebi que tal abordagem permitiu que saíssemos da nossa zona de conforto e nos fez aprender sobre política ambiental na prática, algo que tanto sinto falta no nosso curso, cursaria novamente disciplinas com esse tipo de temática e recomendaria.

Estou muito satisfeito pois devido ao curto tempo eu não esperava atingir o grau de amadurecimento atingido pelo produto final.

A disciplina apesar de rápida foi muito interessante, e conseguimos colocar em prática a construção de uma Política ambiental e pudemos ter diferentes visões do assunto com as discussões, o que foi bastante enriquecedor.

Além do aprendizado proporcionado pela disciplina a forma como foi conduzida contribui significativamente para nos apropriarmos da teoria para solucionar problemas práticos.

Embora tenha sido pego de surpresa pela forma diferente do comum da disciplina, devo dizer que gostei muito, pois permitiu a abordagem das temáticas e a horizontalidade da transmissão de conhecimento prático de uma forma que ainda não tinha tido a oportunidade.

Em que grau você está satisfeito com o impacto da disciplina sobre sua formação acadêmica?

muito insatisfeito	+
insatisfeito	
satisfeito	++++
muito satisfeito	+++++

Explique sua resposta

A disciplina colaborou para aprofundar o conhecimento sobre sustentabilidade, tratada muitas vezes com superficialidade. Também me fez vislumbrar as mudanças que poderemos alcançar a longo prazo para a Política de Sust. da UFBA.

Foi a primeira experiência com algo do campo mais aplicado e primeira experiência de trabalhar em conjunto com alguém do mestrado profissional. Esse conjunto de experiências trouxe reflexões importantes sobre utilizar e traduzir os conhecimentos teóricos e aplicá-los numa situação real.

No curso de graduação em Ciências Biológicas, pouco tive o contato com embasamento e diretrizes legais para o fomento das ações individuais e coletivas que executamos em sociedade. Pela discussão interdisciplinar tive a oportunidade de aprender vários aspectos do conhecimento científico com os alunos do mestrado profissional, refletindo a real necessidade do curso para a instituição.

Nunca tive experiência na metodologia de aula a qual a disciplina foi ministrada, o que não me permitiu aproveitar da melhor forma as aulas. Mas destaco que foi uma experiência boa.

Através da disciplina tive oportunidade de conhecer e refletir sobre questões teóricas e práticas sobre Sustentabilidade as quais eu não conhecia.

Como Engenheiro Ambiental mestrando em Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental, considero o tema sustentabilidade juntamente com as políticas públicas obrigatórias e de suma importância para minha formação tanto quanto profissional, como também como cidadão que utiliza frequentemente os recursos naturais.

A disciplina contribuiu com a teoria e a prática sobre o processo de formulação de uma política, neste caso institucional. Esperava aprender mais sobre a formulação de políticas públicas.

Saí muito satisfeita, pois através dessa disciplina conseguimos aprofundar ainda mais os nossos conhecimentos, além de que aprendemos muito sobre algo que não tínhamos tanto conhecimento embora vivenciássemos aqui há anos, que são as políticas ambientais da Ufba.

A construção de um produto que pode ter utilidade real agrega elementos de contextos práticos que não são geralmente tratados nas disciplinas.

A importância das políticas ambientais no contexto laboral é imprescindível

A disciplina trouxe muitas informações e práticas novas para mim. Além de demandar leitura e comunicação com os pares, o que considero positivo para aprendizagem.

Trouxe uma aproximação com a realidade dos problemas ambientais e me fez ver que a resolução desses problemas quase sempre passa por interesses pessoais ou de determinados grupos. Contudo mostrou também que há um lado que pondera sobre esses interesses.

Foi uma oportunidade interessante para expandir os horizontes de atuação profissional e impacto da ciência no mundo.

Fiquei bastante satisfeita pois sinto muita falta de desenvolver conhecimentos aplicados no mestrado acadêmico de Ecologia e Biomonitoramento. A linha de pesquisa do meu projeto para inscrição foi Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental, porém, até o momento dessa disciplina sentia que nada que era ofertado atendia minhas expectativas a respeito da linha de pesquisa. Estou bastante confiante de que disciplinas nesse modelo possam representar uma mudança nessa realidade.

Principalmente por ter relação direta com meu TCC, estou escrevendo sobre LEI de Ecoturismo, turismo sustentável, então, foi muito gratificante as contribuições da disciplina para minha vida acadêmica.

Temos muitas disciplinas teóricas e pouco aplicadas. E ter essa disciplina que foi aplicada proporcionou uma experiência ímpar na nossa formação acadêmica.

Apesar do tema da disciplina não estar diretamente ligado com minha tese, esta é uma área que julgo importante. Espero a partir dos resultados obtidos com meu projeto contribuir de forma mais ativa nas estratégias de manejo de espécies ameaçadas. Por isso, participar de forma prática na formulação de políticas ambientais só amplia meu horizonte.

Quebra os moldes da formação cartesiana da pós-graduação strictu sensu onde há uma lógica restritiva, nos deu a oportunidade de testar nossas habilidades como profissionais produtores de soluções técnico-políticas em um ambiente seguro e guiado.

Em que grau você está satisfeito com a contribuição final de seu grupo para a formulação da Política Ambiental da UFBA

muito insatisfeito	+
insatisfeito	
satisfeito	+++++++
muito satisfeito	+++++++

O grupo acessou grande quantidade da literatura disponível sobre o tema, fazendo com que tivéssemos grande aporte teórico na proposição de ações. Também realizamos conexões com a realidade para que não propuséssemos ações ineficazes. Além disso, o diálogo com outras equipes foi fundamental para que houvesse integração na proposta.

Fiquei bastante satisfeito uma vez que conseguimos avançar e propôr algo factível, com uma abordagem relativamente simples, e utilizando de uma base teórica consistente.

Fiquei satisfeito com a contribuição final do meu grupo para a Política Ambiental da UFBA, entretanto os integrantes, de um modo geral, poderiam ter se dedicado mais no embasamento das propostas formuladas, apesar do curto espaço de tempo.

Como a equipe era muito pequena, acredito que não conseguimos fazer um bom levantamento literário para a política. Porém, para uma equipe com dois componentes, acredito que fizemos um bom trabalho

Apesar de ser um tema muito discutido e amplo, acho que algumas questões literárias ficam muito no campo da teoria, dificultando a materialização/aplicação de tais ideias. Apesar dessa dificuldade, fiquei feliz com a proposta do meu grupo.

Minha equipe conseguiu trazer importantes contribuições da literatura para formular as propostas para a política, além disso, houve organização em dividir as atividades para que a resolução do problema fluísse bem em relação ao tempo proposto.

Acredito que trabalhamos bem em grupo e alcançamos o objetivo proposto de formulação de um preâmbulo para a política em questão.

Meu grupo trabalhou diretamente com a parte de operacionalização, e segundo a SUMAI, a gestão dos resíduos ainda é um dos grandes problemas da UFBA. Acredito que meu grupo conseguiu trazer vários aspectos positivos voltados para essas questões.

O meu grupo teve uma dinâmica mais lenta na produção coletiva, poderia ter amadurecido mais a contribuição.

O trabalho foi feito considerando todas as opiniões

O grupo se integrou e trabalhou bem, dentro do tempo que tínhamos disponível. Poderíamos ter contribuído melhor se houvesse mais tempo. Ainda pretendemos fazer, em breve, algumas melhorias no texto.

Acho que contribuimos de acordo com nosso conhecimento e o tempo que tínhamos à disposição.

Acredito que meu grupo fez o melhor que pode dentro das condições apresentadas na disciplina.

Nosso grupo teve uma interação muito boa o que permitiu uma dinâmica de trabalho que julguei muito eficiente. Nos sentimos confortáveis para trabalhar em equipe e afinadas com o que foi pedido e com as particularidades umas das outras. Creio que tais pontos tenham sido refletidos no nosso produto final, pois redigimos nossa participação interagindo com os demais grupos, ouvindo outras opiniões, acessando a literatura e, frequentemente, avaliando se o que estávamos fazendo era o que estava sendo solicitado.

A questão número 2 responde essa pergunta.

Acho que nós trabalhamos bem em conjunto e pudemos trazer um produto final importante para o funcionamento da política.

Por mais que acredite que tenhamos contribuído, saí com a sensação de que poderia ter feito mais.

Nosso grupo contou com a sorte de ter uma série de talentos diversos e pouca sobreposição, permitindo todos trabalharem juntos e dividirem bem as tarefas. Os colegas dos demais grupos também foram muito receptivos para debates, tirar dúvidas e dar sugestões para nosso trabalho.

Indique 5 aspectos da disciplina que você considerou mais positivos?

Participação de estudantes de diversos cursos / com diferentes backgrounds	+++++
Participação de professores/participantes de diferentes áreas	+++++
Palestra SUMAI sobre Política de Meio Ambiente da UFBA	++++
1a. Palestra (Pedro) -	+++++
2a. Palestra (Camila) -	+
3a. Palestra (Asher) -	+++++
Textos e literatura sugeridos no Moodle	++
Atividades de sistematização das discussões das equipes no quadro-branco	+++++
Leitura da literatura sugerida	+
Leitura da literatura adicional encontrada pela equipe	+++++
Discussões dentro das equipes	+++++
Produção da proposta final da equipe para a política ambiental da UFBA	+++++

Indique 5 aspectos da disciplina que você considerou menos positivos?

Participação de estudantes de diversos cursos / com diferentes backgrounds	++
Participação de professores/participantes de diferentes áreas	++++
Palestra SUMAI sobre Política de Meio Ambiente da UFBA	+++++
1a. Palestra (Pedro) -	
2a. Palestra (Camila) -	+++++
3a. Palestra (Asher) -	++
Textos e literatura sugeridos no Moodle	+++++
Atividades de sistematização das discussões das equipes no quadro-branco	+++++
Leitura da literatura sugerida	+++++
Leitura da literatura adicional encontrada pela equipe	+++++
Discussões dentro das equipes	+++
Produção da proposta final da equipe para a política ambiental da UFBA	+

Em que grau você está satisfeito com seu desempenho (assiduidade, pontualidade, participação nas discussões, leitura de texto, interação com equipe) na disciplina?

muito insatisfeito
insatisfeito
satisfeito +++++
muito satisfeito ++

Explique sua resposta

(sem resposta)

Estou satisfeito, embora eu tenha consciência de que poderia ter alcançado resultados melhores, naquele recorte de tempo eu me dediquei o quanto pude, fazendo contribuições dentro das minhas possibilidades.

Em termos de assiduidade e pontualidade eu poderia ter me dedicado mais à disciplina, apesar de outras demandas, com prioridades similares, confluírem no mesmo período da disciplina. Apesar destes pontos consegui contribuir satisfatoriamente nas leituras de texto e discussões que ocorriam dentro dos grupos.

Acredito que poderia melhorar na pontualidade

Apesar de chegar atrasada em algumas aulas, acho que cumpri o meu papel como integrante da equipe. Contribuí em todos as etapas e li muito sobre o tema.

Apesar de ter contribuído com minha equipe em relação ao tema que me foi atribuído, sinto que eu poderia ter contribuído mais no turno que eu infelizmente tive que faltar.

(sem resposta)

Acredito que consegui contribuir bastante com a proposta da disciplina, bem como para o avanço do meu grupo.

(sem resposta)

Eu fui pontual e participei más o tema da língua ainda dificulta minha participação ótima

Fiquei satisfeita com minha participação, leituras e interação. Poderia ter sido mais assídua, pois faltei um dia, mas foi devido ao choque com uma outra disciplina, que realmente não pude faltar.

Poderia ter me aprofundado mais na literatura para uma melhor compreensão e solução do problema proposto.

No decorrer da disciplina eu me propus a aproveitar a oportunidade para mergulhar no processo. Juntamente com meu grupo, realizei leituras e debates a cerca do conteúdo e da proposta final.

Dos aspectos citados acima não me considero satisfeita com a minha assiduidade, pois faltei o dia principal, o dia das palestras (para conseguir avaliar o item acima usei pensei em participação ao invés de palestra), busquei me inteirar sobre o que aconteceu, mas reconheço que foi um divisor de águas. Nos demais aspectos acho que tive uma boa participação e fiquei satisfeita com minhas contribuições individuais.

Considero minha dedicação satisfatória, pois mesmo com algumas dificuldades no âmbito pessoal eu consegui contribuir de maneira relevante para o produto final.

(sem resposta)

O fato de termos na equipe apenas duas pessoas limita um pouco a discussão!

Sinto que, tendo tido uma noção geral do objetivo da disciplina com maior antecedência poderia ter me preparado de forma a fazer melhores contribuições para o trabalho. Porém, dado o tempo curto e a quantidade de trabalho me sinto satisfeito de poder ter trabalhado em sinergia com os colegas e professores.

Apresente comentários adicionais que possam auxiliar na reformulação de aspectos da disciplina em uma nova oferta

Organizar melhor o tempo das palestras para que no final possamos ter mais tempo para discutir e apresentar o produto final.

Sugiro que nessa apresentação a equipe da SUMAI (ou a que estiver diretamente envolvida) esteja presente.

Algo que seria interessante, caso mantenha esse mesmo formato é realizar um encontro entre a primeira e a última semana. Na primeira semana nos encontramos para ter as aulas teóricas e ter contato com o problema, enquanto que na última

semana já temos que ter um produto encaminhado. A proposição desse encontro com todos no intervalo entre a primeira e última semana seria para ter uma noção de quais os caminhos que a equipe está percorrendo e poder direcioná-los melhor, visto que algumas equipes encontrarão dificuldades ou pensa algo na sala e não existe evidências na literatura, o que as obriga a tomar um outro rumo.

A disciplina pode ser ofertada em mais semestres e a carga horária deveria, se possível, ser diluída em um maior espaço de tempo para uma melhor sistematização dos conteúdos incorporados.

Acredito que a carga horária da disciplina poderia ter sido maior.

Sugiro a participação de representantes de outros setores da UFBA os quais estejam ligados à formulação da política ambiental.

Acredito que a disciplina possa ter uma carga horária um pouco maior, pois seu conteúdo além de grande pode ser muito mais proveitoso.

Acredito que a disciplina foi extremamente bem sucedida, envolvendo alunos de diferentes cursos e disciplinas. Gostaria de ver mais dos desafios da UFBA sendo abordados desta forma, e gostaria ver um engajamento maior por parte dos diversos docentes na formulação, oferta e participação em disciplinas como esta. seria um passo enorme no caminho de uma UFBA mais sustentável.

Acredito que na nova disciplina poderia existir um momento para o acompanhamento da nossa produção da política ambiental para a SUMAI, com o intuito de verificar se, de fato, a SUMAI está utilizando o nosso documento para a política ambiental da UFBA.

Talvez reduzir o tempo de palestras e substituir por falas mais curtas com tempo maior para consulta dos grupos aos diferentes profissionais ou professores. Aumentar o tempo para produção do documento final, embora essa demanda tenha sido importante apenas para o meu grupo e não para os demais (que conseguiram finalizar as tarefas solicitadas).

Tive a impressão de que os alunos que têm mais experiência com PBL têm um ritmo de produção mais pragmático do que os alunos dos cursos que não utilizam muito PBL e para estes o tempo de produção maior pode ajudar.

Considero importante ter um quadro mais claro dos tópicos a serem desenvolvidos, em algum momento não se sabia que era uma política, que era um objetivo ou uma estratégia, acho que detalhar isso no começo ajudaria a produzir os produtos finais mais rapidamente.

A carga horária poderia ser maior, ou distribuída em mais dias em apenas um turno, para produção mais eficiente do texto.

A interação entre docentes e alunos de áreas diversas é um ponto bastante positivo. Os problemas ecológicos e suas resoluções afetam os grupos indistintamente. Talvez um ou outro mais ou menos. Mas todos.

Para melhorar ainda mais a disciplina acredito que o papel de mediador deve ser mais ativo para que discussões e debates se aprofundem demais ou que fujam da proposta da disciplina.

Acho que seria válido pensar um modelo de dinâmica (ex. quadro branco, modelo de documento) previamente.

Minha sugestão é aumentar as horas da disciplina.

A disciplina tem um objetivo super relevante, principalmente na formação acadêmica dos estudantes. Um ponto que poderia ser melhorado é a adição de mais alguns dias para ter um fechamento melhor das atividades, foi um tempo curto para desempenhar as atividades. Talvez mais dois dias, ou ser a semana direta sem ter a pausa.

No geral eu gostei muito da disciplina e ela foi bastante útil para a minha formação.

Já considero perfeita a proposta e a forma como foi conduzida a disciplina. Só acrescentaria no máximo uma carga horária um pouco maior, para podermos finalizar com mais tranquilidade.

A participação de mais cursos, de preferência além dos do IBio. Eu sei que é uma proposta já vigente, mas acho que ela merece ser tentada novamente sempre que possível. Muitas vezes nos vimos navegando por literatura e legislação muito alheios ao nosso metiê de biólogos, e poderíamos ter contado com o auxílio valioso de estudantes de outras áreas como direito, administração e economia